



17 DE JULHO DE 2017

Segunda-feira

- REFORMA TRABALHISTA TERÁ AJUSTES ANTES DE ENTAR EM VIGOR
- ARTIGO: AS NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO: SERÁ MESMO SEGURO E NECESSÁRIO O CONTRATO CLT?
- CONTRIBUIÇÃO SINDICAL SERÁ OPCIONAL NA NOVA LEI TRABALHISTA; ENTENDA O QUE MUDOU
- JORNADA INTERMITENTE PREJUDICA TRABALHADORES, AVALIAM SINDICATOS
- CONTRATAÇÕES DE FIM DE ANO SERÃO PRIMEIRO TESTE DA REFORMA TRABALHISTA
- DÚVIDAS CERCAM REFORMA TRABALHISTA
- CLT ERA EMPECILHO PARA MODERNIZAÇÃO, DIZ SECRETÁRIO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA
- TEMAS POLÊMICOS DA REFORMA TRABALHISTA PODEM PARAR NA JUSTIÇA
- ‘É INOCÊNCIA DIZER QUE ECONOMIA E POLÍTICA DESCOLARAM’
- ARTIGO: DESINFLAÇÃO E REFORMAS
- GOVERNO ADMITE “FATIA” REFORMA DA PREVIDÊNCIA E VOTAR PROJETO MÍNIMO
- ARTIGO: DEZ ERROS TRIBUTÁRIOS QUE PODEM LEVAR UMA EMPRESA À FALÊNCIA
- CAIXA REABRE PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PRA CORTAR MAIS 5 MIL VAGAS
- ARRECADAÇÃO MENOR COM REFIS AMEAÇA META FISCAL
- MEIRELLES: SE APROVADO O REFIS COMO NO RELATÓRIO, ARRECADAÇÃO FICARIA EM R\$ 1 BI
- MEIRELLES DIZ QUE NOVO REFIS BENEFICIA O MAU PAGADOR
- BNDES NÃO DÁ LUCRO, POR ISSO TAXA DEVE SER ALTERADA

- ECONOMIA COM NOVO JURO DO BNDES PODE CAIR APÓS PROPOSTAS DO CONGRESSO
- PRÉVIA DO PIB FRUSTRA EXPECTATIVAS E TEM CONTRACÇÃO EM MAIO
- TAXA DE JURO DO BNDES PODE TRAVAR INVESTIMENTOS, DIZ PESQUISADOR
- BRASIL E ARGENTINA ANUNCIAM ACORDO PARA EVITAR TRIBUTAÇÃO
- OMC DISCUTE BARREIRAS BRASILEIRAS À IMPORTAÇÃO
- ESTRANGEIROS ESTÃO OTIMISTAS COM O BRASIL, DIZ MEIRELLES
- BRASIL É CAMPEÃO DE ISOLAMENTO EM COMÉRCIO INTERNACIONAL
- ARTIGO: AUMENTO DO USO DE INSUMOS IMPORTADOS NA INDÚSTRIA NÃO ELEVA COMPETITIVIDADE DO BRASIL
- EMPRESAS ABREM NOVOS MERCADOS E EXPORTAÇÕES NOS ESTADOS AVANÇAM
- CORREÇÃO: EMPRESÁRIO NÃO PODE ESPERAR PELO GOVERNO, DIZ RABELLO
- FIESP: NÍVEL DE EMPREGO NA INDÚSTRIA CAI 0,18% EM JUNHO, COM AJUSTE SAZONAL
- EMPRESAS NÃO SE PREPARAM PARA NOVO eSOCIAL, VIGENTE A PARTIR DE 2018
- NOVO SALÁRIO MÍNIMO TEM IMPACTO DE R\$ 12,7 BI NAS CONTAS DE 2018
- TETO PARA TODAS AS APOSENTADORIAS CORTARIA DESPESAS EM R\$ 50 BI/ANO
- EDITORIAL: SEM CHOQUES CAMBIAIS
- ECONOMISTAS DO FOCUS PROJETAM CORTE DE 1 PONTO PORCENTUAL DA SELIC EM JULHO
- CÂMBIO PARA FIM DE 2017 CAI DE R\$ 3,35 PARA R\$ 3,30, APONTA RELATÓRIO FOCUS
- PETROBRAS ELEVA PREÇO DO DIESEL E DA GASOLINA NAS REFINARIAS A PARTIR DE TERÇA-FEIRA
- CADE CONSIDERA "COMPLEXO" ACORDO ENTRE ARCELORMITTAL E VOTORANTIM EM OPERAÇÕES DE AÇOS LONGOS
- VENDAS DA RENAULT CRESCEM 10,4% E ATINGEM RECORDE NO 1º SEMESTRE
- MONTADORAS GLOBAIS PEDEM QUE CHINA FLEXIBILIZE METAS PARA CARROS ELÉTRICOS
- FINANCIAMENTOS DE CARROS REGISTRAM ALTA NESTE ANO
- FCA TERÁ RECALL DE 1,33 MILHÃO DE VEÍCULOS
- FORTBRAS ANUNCIA COMPRA TOTAL DA MENIL AUTOPEÇAS
- BORGWARNER VAI FORNECER TURBO PARA NOVO MOTOR HONDA
- MATRIZ DA NISSAN PREMIA PÓS-VENDA DO BRASIL
- RENAULT SUPERA PSA EM VENDAS NA UNIÃO EUROPEIA

- **ALTA DE ROYALTIES GERA REFORÇO DE CAIXA DE R\$ 1,5 BI**
- **USIMINAS AVALIA AUMENTO DE CHAPAS GROSSAS**

| CÂMBIO EM 17/07/2017 | | |
|---------------------------------|---------------|--------------|
| | Compra | Venda |
| Dólar | 3,178 | 3,179 |
| Euro | 3,645 | 3,647 |

Fonte: BACEN

Reforma trabalhista terá ajustes antes de entrar em vigor

17/07/2017 – Fonte: EM.com

Nova legislação deve ter alterações pontuais para amenizar conflitos entre as partes atingidas pelas regras. Relator defende alteração



Sancionada pelo presidente Michel Temer na quinta-feira, a nova legislação trabalhista ainda é discutida entre parlamentares, especialistas e sociedade. Até que comece a valer, em novembro, outras mudanças devem ocorrer por medida provisória no texto aprovado pelo Congresso depois de seis meses de discussões.

A intenção seria garantir o mínimo de consenso entre as partes envolvidas, já que a reforma atingirá todos os contratos, novos ou que já estão em vigor. Isso significa que questões como a possibilidade de negociar a jornada de trabalho ou parcelar as férias em até três vezes, independentemente da idade do funcionário, já começam a valer em novembro.

As críticas começam pela necessidade da reforma. A principal justificativa do governo para propor e aprovar a matéria é a urgência em se modernizar as leis trabalhistas, que datam dos anos 1940. “Ao longo desses últimos anos, centenas de profissões desapareceram e milhares foram criadas”, explica o relator na Câmara, Rogério Marinho (PSDB-RN).

Esse argumento sustenta a inclusão na legislação brasileira do trabalho remoto, fora da empresa, e do teletrabalho, feito a distância pelo computador, por exemplo. “Estava mais do que na hora de haver uma reforma nesse sentido, especialmente porque a maneira como se trabalha mudou muito. Até 40 anos atrás, não havia a quantidade de carros que se tem hoje, o tempo de deslocamento era diferente e não se cogitava a possibilidade de trabalhar em casa”, pontua a advogada trabalhista Clarisse de Souza Rozales.

Mas esses estão longe de ser motivos de discordância. Incluir novos tipos de trabalho é uma das poucas decisões sobre as quais não há reclamações. As emendas, as críticas e os protestos são voltados a questões mais delicadas, como a essência da reforma, que é colocar os acordos feitos entre empregados e patrões acima da lei. Isso vale para assuntos como banco de horas e jornada de trabalho.

“O trabalhador vai ter de concordar com as imposições do patrão, senão a fila anda. Ainda mais em momentos de crise econômica. A prevalência do negociado sobre o legislado reduz a proteção social do trabalhador”, acredita o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury. Esse é, segundo ele, um dos pontos de inconstitucionalidade presentes na reforma. Clarisse discorda e acrescenta que, “na prática, a organização dos trabalhadores é mais forte do que a empresa”.

Judicialização

As menções à Justiça do Trabalho, inclusive, também têm gerado preocupação. Um dos objetivos da reforma, já deixado claro pelo relator na Câmara, Rogério Marinho, é diminuir a judicialização.

“Há muitos processos trabalhistas em andamento. Quando o empregado entra com ação trabalhista, pede Deus e o mundo, porque para ele não tem prejuízo e o risco é zero. Não precisa pagar honorários, por exemplo, caso perca. Agora, o que tende a acontecer é que os advogados terão um pouco mais de atenção com isso”, explica o advogado Fabio Chong, da L.O. Baptista Advogados.

Mas alguns especialistas temem que a estratégia proposta pela reforma gere um efeito colateral perigoso: que as pessoas tenham medo de ir à Justiça por não terem condições de pagar os honorários caso percam. O advogado Magnus Brugnara lembra que, quando a pessoa comprova que não tem dinheiro e que usou defensoria pública, não precisa pagar. Mas, mesmo assim, pode haver uma reação ruim a princípio.

“É um ponto que tem dois lados da moeda. Por um lado, muita gente entra na Justiça sem direito, e isso tinha que acabar. Por outro, isso pode gerar um receio aos trabalhadores, pelo risco de ter que pagar os honorários, se perderem”, pondera o advogado.

Artigo: As novas relações de trabalho: será mesmo seguro e necessário o contrato CLT?

17/07/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Alguns empregadores já perceberam que precisam acompanhar não apenas o movimento do mercado de trabalho, mas as prioridades dos funcionários dos quais que não se pode ou não se quer abrir mão.



Como sabemos, o mercado de trabalho está em constante mudança. A cada dia surgem novas tendências e demandas, o que força as empresas e se reinventarem em relação a diversos aspectos, inclusive às relações de trabalho.

É muito comum ouvir, especialmente dos mais idosos, que emprego bom é emprego com a carteira assinada. Esse pensamento é bastante comum, visto que a assinatura na carteira formaliza uma relação de trabalho regida pela CLT. Isso gera ao empregador uma série de obrigações a cumprir.

As maiores vantagens mencionadas por quem defende a segurança da carteira assinada são o FGTS, o seguro desemprego e a multa rescisória em caso de demissão sem justa causa.

Sem dúvida, esses benefícios existem e são uma realidade para os trabalhadores formais. Mas é necessário considerar também as desvantagens que essa segurança oferecida pela CLT pode trazer.

Por exemplo, em tempos de crise, muitas empresas não têm resistido a uma economia instável, decretando falência e deixando seus funcionários sem acesso a todos esses benefícios. Tais trabalhadores, para garantir seus direitos, precisam recorrer à Justiça do Trabalho.

Nesse sentido, eles perdem, de uma hora para a outra, a sua fonte de renda, além de não ter acesso aos seus direitos. Sem contar que seu problema não será resolvido imediatamente. Em muitos estados do País, a média para a resolução de problemas na justiça trabalhista é de mais de dois anos.

O que queremos mostrar é que o vínculo com a carteira assinada pode não trazer tanta segurança como parece. Além disso, ele "engessa" as relações de trabalho. Ou seja, não contempla algumas situações que a cada dia se tornam mais frequentes.

Um exemplo disso é uma mulher que seja excelente profissional e bastante qualificada para ocupar a posição em que está dentro de uma empresa. Em dado momento de sua vida, ela decide colocar sua vida profissional em segundo plano, engravida e tem um bebê.

Ao repensar sua carreira e suas prioridades, essa mulher não quer mais trabalhar oito, dez, doze horas por dia. Ela quer poder cuidar do seu bebê, vê-lo crescer, sem, para isso, precisar abrir mão da sua carreira. Que solução encontrar se, dentro do regime CLT, o emprego em horário integral é o que a empresa pode lhe oferecer?

Por isso falamos a respeito dos outros regimes de trabalho, como, por exemplo, o trabalho como *freelancer*. Esse tipo de profissional autônomo não tem a carteira assinada, mas pode escolher que tipo de trabalho aceitar ou não, bem como quantas horas por dia quer trabalhar.

Em resumo, ele pode gerenciar seu tempo, possibilitando à mulher, no caso do exemplo fornecido, não abrir mão da vida profissional e tampouco dos cuidados com o bebê.

Esse modelo de trabalho é bastante eficiente, pois tanto a empresa quanto o empregado ficam satisfeitos. Alguns profissionais, como meio-termo, registraram-se como MEIs e trabalham como Pessoa Jurídica.

Emitem notas fiscais, o que é muito procurado pelas empresas e contribuem para a previdência oficial, de modo que podem se aposentar pelo INSS no futuro. Essa relação acaba tendo um ganha-ganha muito interessante, pois o empregador fica livre dos altos encargos tributários e o profissional consegue maiores ganhos financeiros, o valor líquido a ser recebido é muito maior.

Soma-se a tudo isso o fato de que é possível que *freelancers* contratem outros *freelancers*, movimentando ainda mais a economia. Muitos trabalhadores que fizeram a opção de atuar como autônomos descobriram ao longo do tempo novos nichos de trabalho. Com isso, eles precisaram se juntar a outros profissionais para atuar em parceria nesse novo nicho, transformando ou não, de acordo com suas necessidades, esse novo empreendimento em uma nova empresa.

Alguns empregadores já perceberam que precisam acompanhar não apenas o movimento do mercado de trabalho, mas as prioridades dos funcionários dos quais não se pode ou não se quer abrir mão.

Para isso, eles têm proposto a esses colaboradores diferentes contratos de trabalho como forma de atender suas necessidades pessoais. Afinal, um trabalhador que está feliz e satisfeito em sua posição é muito mais produtivo.

Talvez você esteja pensando que tudo isso é muito inseguro e avançado para você, o que faz com que opte pela tradicional segurança oferecida pela CLT. De fato, não se pode negar, alguns direitos estão assegurados nesse regime de trabalho.

Mas, além dessa segurança não ser tão grande assim – citamos aqui a falência das empresas como exemplo –, para muitos, o regime de trabalho de 40 horas se torna uma prisão e motivo de bastante insatisfação.

Novos contratos de trabalho ou mesmo os trabalhos como *freelancer* permitem um melhor gerenciamento do tempo. Isso pode significar maior qualidade de vida e mais convivência com a família, por exemplo.

É possível, como autônomo ou profissional liberal, contribuir para a previdência social e criar um fundo em que se possa depositar todos os meses um percentual de ganhos, à semelhança do que se faz no FGTS.

Por tudo isso, avalie as suas necessidades, anseios e prioridades. Verifique se um emprego tradicional está em sintonia com esses aspectos que você analisou. Se chegar à conclusão de que não, existe solução para esse impasse. Mas é preciso ser arrojado para seguir por uma dessas novas tendências que o mercado vem apresentando.

(Tais Targa é psicóloga, mestre em Educação, coach de carreira e recolocação profissional).

Contribuição sindical será opcional na nova lei trabalhista; entenda o que mudou

17/07/2017 – Fonte: G1

Advogado trabalhista explica o que muda para as empresas e para os trabalhadores.

A reforma trabalhista aprovada pelo Senado tornou opcional a contribuição sindical. Isso significa que os trabalhadores e as empresas não são mais obrigados a dar um dia de trabalho por ano para o sindicato que representa sua categoria.

Até então, o pagamento era obrigatório para todos os trabalhadores formais e vinha descontado na folha de pagamento. As novas regras entram em vigor daqui a quatro meses, conforme previsto na nova legislação.

Veja abaixo perguntas e respostas sobre o tema. Para elaborá-las, o **G1** ouviu o advogado trabalhista Marcos Martellozzo, sócio da Martellozzo e Rodrigues Sociedade de Advogados.



Carteira de trabalho (Foto: Rafael Neddermeyer / Fotos Públicas)

Como era antes?

A contribuição para os sindicatos era feita uma vez ao ano, obrigatoriamente, tanto para funcionários de empresas quanto para autônomos e liberais.

Entre os trabalhadores, havia o desconto equivalente a um dia de salário. Esse débito era feito em abril, na folha referente aos dias trabalhados em março.

Para os empregadores, o imposto sindical também era obrigatório, mas com uma forma de cálculo diferente. Ele era cobrado sempre em janeiro, com base no valor da empresa no ano anterior. É calculado um percentual sobre o valor da empresa para determinar a quantia a ser paga como imposto sindical. Esse percentual diminui conforme aumenta o valor da empresa – ou seja, proporcionalmente, quanto menor a empresa, mais imposto era pago.

Como ficou depois da reforma?

O trabalhador paga o imposto sindical apenas se quiser. Se optar por fazer a contribuição, precisa informar ao empregador que autoriza expressamente a cobrança sobre sua folha de pagamento. A empresa só poderá fazer o desconto com a permissão do funcionário.

O mesmo vale para o empregador. A contribuição também passa a ser facultativa para as empresas.

Vou ter que pagar a contribuição em 2018?

Não. A nova lei trabalhista foi sancionada pelo presidente Michel Temer no dia 13 de julho e entrará em vigor em 120 dias. Ou seja, a partir de meados de novembro a contribuição não é mais obrigatória para empresas e trabalhadores. Portanto, o desconto não será automático em abril de 2018.

Para onde vai o dinheiro do imposto sindical?

O valor é destinado às centrais sindicais que representam a categoria e coparticipantes. Do total arrecadado, 5% é destinado às confederações, 10% para as centrais sindicais, 15% para as federações, 60% para o sindicato de base e 10% para uma conta especial emprego e salário – uma conta mantida na Caixa Econômica Federal usada para custeamento de vários tipos de programas sociais.

Essa contribuição é a única fonte de arrecadação dos sindicatos?

Não. Há ainda as pessoas que escolhem se filiar aos sindicatos e passam a contribuir mensalmente para as entidades.

Antes da reforma, o que acontecia com empresas que não pagassem o imposto sindical?

As companhias com pendências ficavam impedidas de ter contratos com o poder público, participar de licitações e poderia até ter o alvará de funcionamento negado.

Jornada intermitente prejudica trabalhadores, avaliam sindicatos

17/07/2017 – Fonte: Correio do Estado

Sindicatos de trabalhadores do setor de comércio e serviços temem o uso do contrato de jornada intermitente, que julgam precarizar as condições do profissional, e buscam formas de regulá-lo.

Essa preocupação deriva do fato de o empregado nessa condição receber proporcionalmente às horas trabalhadas no mês. Embora o valor mínimo da hora não possa ser inferior ao equivalente da hora do salário mínimo, se o funcionário trabalhar por poucas horas no mês, vai receber menos do que o piso.

Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), central que congrega categorias do setor de comércio, defende o estabelecimento de um percentual máximo de 10% de trabalhadores no quadro de uma empresa em regime intermitente.

"A lei permite que funcionários ganhem R\$ 200 por mês. É uma precarização muito grande", diz Patah. A UGT quer que o trabalhador tenha, nesses contratos, garantia de receber um salário mínimo mensal, independentemente das horas trabalhadas.

Para Moacyr Tesch, presidente da Contratuh (confederação de trabalhadores no setor de turismo e hotelaria), o contrato intermitente é "desculpa para flexibilizar" em restaurantes e shoppings.

"Essa história de que serve só para fim do ano e feriado é mentira. É muito melhor para o empregador ter alguém sempre à sua disposição sem ter que pagar salário", afirma Tesch. "Assim eles acabam com a qualidade da mão de obra de uma empresa."

O governo elabora uma medida provisória para alterar e regular algumas regras da reforma trabalhista. Em relação ao trabalho intermitente, deve ser criada uma quarentena de 18 meses para impedir que empresas demitam e recontratem um funcionário nesse regime. Essa salvaguarda, porém, valerá apenas pelos próximos três anos.

A CUT (Central Única dos Trabalhadores) não vê espaço para negociação. "Vamos ao Supremo Tribunal Federal para barrar toda a reforma", afirma Heleno Torres, dirigente da CNTE (confederação de trabalhadores em educação).

Contratações de fim de ano serão primeiro teste da reforma trabalhista

17/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Movimentação nos corredores de shopping na Zona Norte de São Paulo no fim de ano

As contratações de fim de ano para atender a demanda do período de festas deverão ser o primeiro teste da reforma trabalhista, com a adoção do contrato de jornada intermitente nas vagas temporárias que surgem na época.

Tradicionalmente, o setor de comércio e serviços amplia a equipe por meio de contratos com prazo determinado, ou informalmente, valendo-se dos chamados "extras" -trabalhadores que prestam serviço sem registro.

Com a reforma, as empresas poderão empregar funcionários apenas pelo período em que efetivamente precisarem deles -algumas horas ou dias na semana, por exemplo. O funcionário nesse modelo tem a carteira assinada e deve receber todos os direitos - como férias, 13º e FGTS- proporcionais somente ao período trabalhado.

"Para o final de ano o contrato intermitente vai ser o principal modelo adotado. A gente sabe que no fim de semana sempre tem um movimento maior", diz Valquiria Furlani, coordenadora do departamento jurídico do Sindilojas-SP (sindicato dos lojistas de rua paulistas).

Essa possibilidade de formalizar relações de trabalho que na prática já existem, mas de modo ilegal, é um dos principais ganhos da reforma, de acordo com Ivo Dall'Acqua Junior, vice-presidente da Fecomércio SP.

Do lado do empresário, uma outra vantagem é aumentar a segurança jurídica, uma vez que ele não corre mais o risco de sofrer um processo por uso de mão de obra não registrada, afirma Paulo Solmucci Jr., presidente da Abrasel (associação nacional de bares e restaurantes).

"O que era feito escondido e com alto grau de ineficiência vai passar a ser feito formalmente, com eficiência e dignidade. Porque hoje o 'extra' se sente um pária na sociedade", afirma Solmucci Jr.

Isso não significa, contudo, o fim do contrato temporário. Para Nabil Sahyoun, presidente da Alshop (associação dos lojistas de shopping), segmentos do varejo vão continuar preferindo ter uma pessoa fixa porque precisam de alguém mais "integrado e desenvolvido".

O setor de comércio e serviços também estuda negociar no acordo coletivo da categoria uma nova distribuição da jornada semanal para os funcionários fixos -outra novidade trazida na reforma.

Segundo Dall'Acqua Junior, seria possível contratos que previssessem jornadas de trabalho com 36 ou 40 horas semanais divididas em quatro dias, por exemplo.

CONSTRUÇÃO CIVIL

Além de lojas e restaurantes, as construtoras também devem valer-se em larga escala da jornada intermitente.

Mais da metade dos trabalhadores do setor hoje vivem na informalidade em razão da dificuldade de contratar com carteira assinada funcionários por períodos curtos, diz José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

"Se eu preciso de um eletricista na época de concretagem, uma vez por semana, é intermitente. Passa a ser complementar à terceirizações. Vai ter novas contratações porque vai tirar gente da informalidade", afirma.

O setor não deve voltar a ampliar o número de empregados tão cedo, diante da crise que atinge a construção civil. Mas, uma vez que a demanda reaqueça, "certamente as primeiras contratações devem ser de trabalhadores que exercem funções temporárias e intermitentes", diz Haruo Ishikawa, vice-presidente de Relações Capital-Trabalho do SindusCon-SP.

PREJUÍZO PARA O TRABALHADOR

Sindicatos de trabalhadores do setor de comércio e serviços temem o uso do contrato de jornada intermitente, que julgam precarizar as condições do profissional, e buscam formas de regulá-lo.

Essa preocupação deriva do fato de o empregado nessa condição receber proporcionalmente às horas trabalhadas no mês. Embora o valor mínimo da hora não possa ser inferior ao equivalente da hora do salário mínimo, se o funcionário trabalhar por poucas horas no mês, vai receber menos do que o piso.

Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), central que congrega categorias do setor de comércio, defende o estabelecimento de um percentual máximo de 10% de trabalhadores no quadro de uma empresa em regime intermitente.

"A lei permite que funcionários ganhem R\$ 200 por mês. É uma precarização muito grande", diz Patah. A UGT quer que o trabalhador tenha, nesses contratos, garantia de receber um salário mínimo mensal, independentemente das horas trabalhadas.

Para Moacyr Tesch, presidente da Contratuh (confederação de trabalhadores no setor de turismo e hotelaria), o contrato intermitente é "desculpa para flexibilizar" em restaurantes e shoppings.

"Essa história de que serve só para fim do ano e feriado é mentira. É muito melhor para o empregador ter alguém sempre à sua disposição sem ter que pagar salário", afirma Tesch. "Assim eles acabam com a qualidade da mão de obra de uma empresa."

O governo elabora uma medida provisória para alterar e regular algumas regras da reforma trabalhista. Em relação ao trabalho intermitente, deve ser criada uma quarentena de 18 meses para impedir que empresas demitam e recontratem um funcionário nesse regime. Essa salvaguarda, porém, valeria apenas pelos próximos três anos.

A CUT (Central Única dos Trabalhadores) não vê espaço para negociação. "Vamos ao Supremo Tribunal Federal para barrar toda a reforma", afirma Heleno Torres, dirigente da CNTE (confederação de trabalhadores em educação).

Dúvidas cercam reforma trabalhista

17/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

A reforma trabalhista, sancionada na quinta-feira pelo presidente Michel Temer e que passa a valer daqui a 120 dias, ainda provoca dúvidas mesmo dentro do governo. Na quarta-feira, o Ministério do Trabalho divulgou que a nova regra valeria apenas para novos contratos.

Na quinta-feira, o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, informou que já valeria para todos os contratos. Ontem, o ministério informou que as mudanças atingem todos os contratos de trabalho, com exceção daqueles com condições já estabelecidas em documento ou convenções coletivas em vigor.

A divergência nas informações é uma amostra das dúvidas geradas pela nova legislação, que já enfrenta ameaça de questionamento sobre sua constitucionalidade.

Questionado sobre as diferenças nas informações, o ministério afirmou que as análises distintas foram resultado de um suposto desencontro de informação entre áreas internas do ministério. Segundo o órgão, a informação correta é a prestada pelo ministro.

A área técnica do Ministério do Trabalho explica que as regras valerão para quase todos os contratos porque a maioria dos trabalhadores formais tem apenas uma anotação na carteira de trabalho, sem contrato detalhado. Nesse caso, valem as regras gerais da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que, em novembro, mudarão radicalmente com a adoção da reforma.

"Essa contradição do governo mostra que o mote da reforma – que não retirará nenhum direito dos trabalhadores – não corresponde à realidade. Ao falar erroneamente que a nova legislação só entraria em vigor para os novos contratos para assegurar direitos adquiridos nos atuais contratos, o governo confirma que a nova lei retira direitos dos trabalhadores", disse ao Estadão/Broadcast o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury.

Na quarta-feira, o Ministério do Trabalho havia informado que os trabalhadores com contratos atuais têm preservados os direitos adquiridos por ser um preceito

constitucional, previsto no artigo 5.º, inciso XXXVI, da Constituição. “A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”, citou o ministério. Em seguida, completou: “Só serão atingidos pela lei novos contratos de trabalho”.

O ministério ainda mudou de entendimento quanto à necessidade de regulamentação de alguns pontos da lei sancionada. Na quarta-feira, o órgão afirmou que não havia nada que precisasse ser regulamentado. Ontem, o ministério citou como alvos de regulamentação a migração de trabalhador em regime tradicional para home office e os contratos de empregados com curso superior e que ganham duas vezes o teto do INSS (R\$ 11.062), que deverão negociar individualmente com os patrões.

Constrangimento. Fleury acredita que as empresas vão repactuar os contratos daqui a quatro meses para alinhá-los às novas regras. Apesar de a lei afirmar que, para reafirmar os compromissos trabalhistas, é preciso haver acordo entre patrões e empregados, o procurador disse que não há dúvidas de que o trabalhador vai se sentir constrangido a aceitar. “O trabalhador vai ter de concordar, senão a fila anda. Ainda mais em momentos de crise econômica”, afirmou.

Segundo Fleury, a nova legislação abre espaço para uma série de dúvidas que não foram esclarecidas e que vão motivar uma enxurrada de processos judiciais. Depois, as ações vão cair, porque, de acordo com a nova legislação, o trabalhador será responsável pelo ônus da prova. Ou seja, caberá ao empregado provar sua argumentação em uma ação que questione horas extras, por exemplo. Caso não consiga provar, terá de arcar com as despesas processuais.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) pretende barrar as mudanças da reforma trabalhista de duas formas. Estuda propor à Procuradoria-Geral da República que entre com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF). Também vai entrar com várias ações civis públicas em todo o País para questionar pontos específicos da lei.

Entre as inconstitucionalidades, segundo o chefe do MPT, está o fato de que as regras podem prejudicar que trabalhadores tenham acesso a direitos assegurados pela Constituição, como seguro-desemprego, salário mínimo e FGTS, principalmente no caso de trabalhadores contratados como terceirizados ou pelo trabalho intermitente e a transformação do trabalhador formal em pessoa jurídica (PJ).

CLT era empecilho para modernização, diz secretário do Ministério da Fazenda

17/07/2017 – Fonte: G1

Mansueto Almeida, do Ministério da Fazenda, também afirmou que ‘pontos polêmicos’ da nova lei trabalhista serão ‘corrigidos’ por meio de medida provisória.

O secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, avaliou neste sábado (15) que a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) era um “empecilho para a modernização”.

Segundo ele, de 35% a 39% da mão de obra no Brasil é informal e, portanto, “não tem direito algum”. Um dos principais argumentos do governo federal, ao defender as novas leis trabalhistas, é que a legislação vai permitir a criação de mais empregos no país.

Dados do IBGE mostram que o desemprego ficou em 13,3% no trimestre encerrado em maio. No período, o Brasil tinha 13,8 milhões de desempregados.

De acordo com o Ministério Público do Trabalho, porém, estudos apontam que as mudanças são "inconstitucionais e contrariam a Constituição Federal e as convenções internacionais firmadas pelo Brasil, gerando insegurança jurídica e impacto negativo na geração de empregos".

Na visão de Mansueto Almeida, do Ministério da Fazenda, os direitos constitucionais dos trabalhadores serão "preservados". "Lei ordinária não pode alterar CF [Constituição Federal]. Tutela do Estado é excessiva", declarou, por meio de sua conta no microblog Twitter.

O que muda

Nesta semana, o presidente Michel Temer sancionou a nova lei trabalhista, que muda as regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e prevê pontos que poderão ser negociados entre empregadores e empregados e, em caso de acordo coletivo, terão força de lei.

As novas regras entrarão em vigor em cerca de quatro meses, conforme previsto na nova legislação.

Com a reforma trabalhista, a negociação entre empresas e trabalhadores prevalecerá sobre a lei em pontos como parcelamento das férias, flexibilização da jornada, participação nos lucros e resultados, intervalo de almoço, plano de cargos e salários e banco de horas.

Outros pontos, como FGTS, salário mínimo, 13º salário, seguro-desemprego, benefícios previdenciários, licença-maternidade, porém, não poderão ser negociados.

Medida provisória

Diante da polêmica gerada em torno das modificações prometidas pelo Palácio do Planalto na legislação aprovada nesta semana, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou nesta semana que o Executivo federal vai editar uma medida provisória para alterar os pontos negociados com os congressistas.

O secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, também afirmou neste sábado que os "pontos polêmicos, como prometido pelo governo, serão corrigidos por nova Medida Provisória".

"É claro que há grupos na sociedade que não queriam mudar coisa alguma ou queriam discutir por mais alguns anos antes de mudar qualquer coisa", disse o secretário.

Temas polêmicos da reforma trabalhista podem parar na Justiça

17/07/2017 – Fonte: Gazeta do Povo



A reforma trabalhista, sancionada sem vetos na semana passada pelo presidente Michel Temer, é benéfica, mas temas polêmicos podem acabar na Justiça. Essa é a avaliação de especialistas em direito do trabalho ouvidos pelo Estadão. Até o momento, o presidente não garantiu que haverá mudanças posteriores no texto, conforme ele havia negociado com o Senado durante a tramitação da reforma.

Um exemplo de tema polêmico que pode parar na Justiça é o banco de horas individual, com a possibilidade de reconhecimento tácito e a jornada de 12x36 horas sem

estabelecimento de limitadores. "Qualquer atividade? Sem contrapartidas? E sem necessidade de autorização para casos de trabalho insalubre?", questiona o advogado Antonio Carlos Aguiar, especialista em Direito do Trabalho, professor da Mackenzie e sócio do Peixoto & Cury Advogados.

O advogado aponta a alteração da natureza jurídica de determinadas verbas de salarial para indenizatória como, por exemplo, abonos, prêmios, ajuda de custo e diárias. "Como o INSS e a Receita Federal interpretarão isso? Como se dará a validação com os empregados que já recebem?", pergunta. Segundo Aguiar, há também ausência de regras específicas para acompanhamento do trabalho intermitente.

Apesar dos apontamentos do professor, outros advogados trabalhistas veem que a reforma trabalhista é benéfica para o país. "Ela facilita a captação de investimentos, estimula o empreendedorismo e reduz os custos para a gestão de um negócio no país", avalia o advogado Wilson Sales Belchior, do Rocha, Marinho e Sales Advogados.

"Afim, há um desestímulo para a instalação de novos empreendimentos em regiões com índices elevados de judicialização das relações de emprego, em uma lógica na qual os procedimentos criam instabilidade na gestão empresarial", destaca Wilson Sales Belchior.

Para ele, a reforma trabalhista serve para a recuperação social e econômica do país. O advogado entende que é preciso 'desencorajar o acesso descontrolado à Justiça do Trabalho'.

Para a desembargadora aposentada Maria Aparecida Pellegrina, ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2), sócia do Pellegrina & Monteiro Advogados, a maioria das mudanças nos artigos da CLT só vêm a beneficiar o quadro de emprego no país.

"Merece aplausos a modificação de plano de carreira, de contratação de autônomo, de rescisão de contrato de trabalho por acordo mútuo, da extensão da responsabilidade do sócio retirante de uma empresa e a questão de planos de cargos e salários que podem ser revistos e atualizados através de negociações entre patrões e trabalhadores, sem necessidade de homologação sindical ou registros destes no sindicato, no Ministério Público do Trabalho, podendo este ser alterado de forma gradual e constante", destaca Pellegrina.

O advogado João Fábio da Silva Fontoura, sócio do Bornholdt Advogados e professor da Univille (Universidade da Região de Joinville), também aponta mudanças significativas para o país.

"As rotinas das empresas serão modificadas substancialmente. Apenas para citar uma das inovações, é preciso imaginar o impacto da prevalência do negociado sobre o legislado para a visão estratégica dos departamentos de gestão de pessoas.

Atualmente, as empresas encontram um quadro rígido de obrigações em temas como férias, jornada de trabalho ou remuneração. Com a possibilidade de negociar esses assuntos com mais liberdade, apresenta-se um novo horizonte e uma nova maneira de se pensar as relações de trabalho", acentua Fontoura.

A advogada Ana Paula Barbosa Pereira, especialista em direito trabalhista do Nelson Wilians e Advogados Associados, ressalta que a aprovação da reforma trabalhista representa uma significativa vitória do governo em tempos de crise política. Ana Paula diz que merece destaque a regulamentação da figura do trabalho intermitente - por período -, por se tratar de modalidade de prestação de serviços usualmente praticada no contexto atual.

"Em razão das amarras ao texto da CLT, o trabalho intermitente só podia ser contratado na informalidade, hipótese que desprivilegia não só o trabalhador, que deixa de receber verbas de natureza trabalhista constitucionalmente garantidas, mas impacta consideravelmente na economia do país, que encontra nos meios informais de trabalho um entrave para o crescimento do PIB nacional", ela afirma.

O advogado Alexander Fernandes de Andrade, especialista em Relações do Trabalho e sócio da DGCGT Advogados, entende que a reforma trabalhista é, em grande parte, positiva e traz oxigenação à legislação em vigor, "que estava defasada e distante das necessidades do atual mercado".

"A jornada de trabalho, por exemplo, precisava ser revisitada", diz Alexander Andrade. "Entre os inúmeros itens, a falta de regulamentação do trabalho remoto (home office), que é uma tendência mundial, gerava insegurança jurídica às empresas que praticavam a modalidade de trabalho à distância e corriam o risco de serem demandas pelo pagamento de horas extras."

'É inocência dizer que economia e política descolaram'

17/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

Na avaliação do economista-chefe do banco Credit Suisse, Nilson Teixeira, a calma que se instalou no mercado financeiro em relação à recessão brasileira reflete uma certa "paciência" global com países emergentes e a crença de que o País fará reformas após a eleição de 2018.

Mas ele argumenta que há risco de uma crise fiscal até lá. Para evitá-la, seria preciso que o Congresso e as assembleias legislativas tivessem força para aprovar corte de gastos – algo que depende de uma reforma política: "Eu chego a dizer que a reforma política é mais importante que a da Previdência".

"Essa é a pergunta que mais tenho ouvido", afirmou, ao ser perguntado por que o mercado está tão calmo quando se discute se outro presidente fica ou sai. "Nossa resposta é que há dois blocos de razões. Primeiro, o cenário externo. Em relação aos Estados Unidos, a percepção é de que o aumento de juros será gradual. Na Europa, a recuperação segue lenta, mas com inflação bem comportada. São cenários benignos para os emergentes", afirmou.

Artigo: Desinflação e reformas

17/07/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

É fundamental entender que a dinâmica de preços de um sistema econômico pode ser sintetizada em três direções distintas: duas perniciosas e uma profícua.



O comportamento dos principais índices de preços no Brasil, relativos ao mês de junho de 2017, ensejou a explicitação, por pequena fração dos profissionais de mercado e a unanimidade dos inquilinos do palácio do planalto, da premissa de que a nação estaria vivenciando um alentador movimento de despencada dos valores de comercialização

das mercadorias e serviços, demonstração cabal da restauração das bases da estabilidade econômica.

Por essa ordem de argumentação, é fundamental entender que a dinâmica de preços de um sistema econômico pode ser sintetizada em três direções distintas: duas perniciosas e uma profícua. A primeira equivale à inflação, doença evidenciada pela elevação generalizada e contínua dos preços, ocasionando corrosão do valor dos ativos e do poder de compra da população.

A segunda situação abarca o conforto da desinflação, ou a desaceleração do grau de variação média dos preços, normalmente explicada por choques benignos de oferta e/ou resposta dos agentes às medidas de represamento ou até eliminação dos mecanismos de correção automática de preços, salários e contratos, conhecidos como indexação.

Já a terceira variante, também do mal, como a primeira, engloba o encolhimento abrangente e permanente dos níveis de preços, verdadeiro estopim para a formação de um clima inóspito à manutenção dos negócios, atrelado ao encurtamento da rentabilidade privada e a deflagração de posições defensivas das corporações, com destaque para a feitura de demissões de mão de obra e o engavetamento de projetos de investimentos em ampliação da capacidade produtiva.

É fácil notar que, nos dias atuais, o Brasil atravessa a segunda circunstância: a desinflação. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a identificação da inflação média de famílias com renda mensal entre um e quarenta salários mínimos, exibiu decréscimo de -0,23% em junho de 2017.

Trata-se do menor índice obtido para um mês de junho desde o lançamento do Real, em julho de 1994.

A alta acumulada no primeiro semestre de 2017 foi de 1,18%, a menor da série histórica, iniciada em 1980, contra 4,42% no mesmo período de 2016. Em doze meses findos em junho de 2017, a subida foi de 3,00%, sendo 33% inferior aos 4,5% ao ano, fixados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para o regime de metas de inflação.

Por certo, a reversão da trajetória ascendente da inflação, que chegou a 10,7%, em 2015, não constituiu obra do acaso. Há componentes subjacentes à evolução da política macroeconômica brasileira, aplicados a partir de 2016 – depois da disparada de preços, acontecida em 2015, e derivada do choque tarifário e cambial implementado pelo então ministro da fazenda da presidente Dilma, Joaquim Levy – a amparar a desinflação.

A inclinação ortodoxa no tratamento das variáveis de estabilização, particularmente os pedaços do ajuste fiscal, identificados na limitação do crescimento dos gastos públicos primários da união à inflação pretérita e na regressão da velocidade de expansão dos dispêndios financeiros do setor público, aparece como protagonista do espetáculo.

No entanto, é necessário lembrar a íntima relação da contenção da elevação dos preços com os desdobramentos sociais da mais profunda e longa derrocada recessiva da história do País, desencadeada tecnicamente em abril de 2014, notadamente a impulsão do desemprego, endividamento e inadimplência da população e a subsequente contração da massa de rendimentos e da capacidade de consumo das famílias.

Se a inflação negativa perdurar, configurando de fato o surgimento da deflação, a inevitável diminuição das expectativas de lucros das empresas, dela decorrente, pode

arrefecer as decisões de produção e inibir inversões e, por extensão, abortar o incipiente estágio de redução do desemprego e reativação localizada dos negócios.

Até porque, o reerguimento dos níveis de atividade, ainda preso aos efeitos multiplicadores dinâmicos do agronegócio exportador, já vem sendo suficientemente prejudicado pelo agravamento da crise política e, o que é pior, a ausência de opções de superação confiáveis, comprometidas com a utilização de um arsenal econômico compatível com a edificação dos pilares de um círculo virtuoso em médio e longo prazo, liderados por abrangentes reformas voltadas à devolução da solvência do setor público e à multiplicação da eficiência microeconômica.

Em outros termos, a desejada conjugação entre inflação cadente e produção e emprego ascendente exige a execução de um programa de ajustamento econômico que priorize a implantação das reformas institucionais, como requisito indispensável ao regresso do equilíbrio orçamentário das três instâncias governamentais (federal, estadual e municipal), e ao declínio estrutural da dívida pública, dos juros e da inflação (com meta de 4,25% a.a., a partir de 2019) e, por consequência, à conquista de um padrão de crescimento econômico despojado do rótulo de "voo da galinha".

(Gilmar Mendes Lourenço é economista, consultor, professor da FAE Business School, ex-presidente do IPARDES).

Governo admite "fatiar" reforma da Previdência e votar projeto mínimo

17/07/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Sem garantia de que terá votos para aprovar o atual projeto da reforma da Previdência, o governo já admite que poderá fatiar o projeto

As vitórias do governo na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em relação à denúncia contra o presidente Michel Temer, e na reforma trabalhista injetaram ânimo no governo. Mesmo assim, o Palácio do Planalto parece não ter confiança suficiente de que será possível aprovar a reforma da Previdência na íntegra. Por isso, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), já admite votar apenas parte do projeto proposto e adiar "para 2018 ou para o futuro" a decisão sobre temas polêmicos que podem ser barrados pelo Congresso.

Após acompanhar a vitória do governo na CCJ na quinta-feira ao lado de Temer, Jucá classificou como "um sucesso" a tramitação da reforma trabalhista. "Aprovamos (a trabalhista) com quórum constitucional sem necessitar. Eu precisaria ter maioria simples e botei 50 contra 26." Segundo ele, a nova legislação trabalhista ajudará a criar até 1,5 milhão de novos empregos nos próximos dois anos.

Apesar da euforia, Jucá sabe que a situação na Câmara é bem diferente, especialmente quando se trata da impopular reforma da Previdência. "Nós temos de discutir seriamente com a base na Câmara e no Senado. Discutir e colocar para votar a reforma da Previdência. Eventualmente, se algo não passar, devemos pautar esse algo para discussão em 2018 e para o futuro", defende.

Com o argumento de que essa reforma "não é vital para o presidente Temer", mas que a mudança "é vital para o próximo presidente da República", o homem forte de Temer no Congresso sinaliza que jogar parte dessa bomba no colo do próximo ocupante do Palácio do Planalto não é um problema.

"Os próximos presidentes também terão de fazer reforma da Previdência". Ele lembra que, sem a reforma, o sucessor de Temer terá situação fiscal bem mais apertada que o atual governo. "O próximo não terá espaço (fiscal) para tergiversar diante do limite de gastos e com a situação da arrecadação e da despesa."

O apoio do governo ao fatiamento da reforma da Previdência confirma movimento revelado pelo Estadão/Broadcast no fim de maio, quando líderes de alguns partidos passaram a defender uma reforma da Previdência mais enxuta diante do agravamento da crise política. A ideia defendida pelos deputados é manter no texto apenas a fixação de uma idade mínima para aposentadoria no País (65 anos para homens e 62 para mulheres).

Ao contrário das nuvens sobre a reforma da Previdência, o líder do governo é muito otimista ao falar da reforma trabalhista. Para Jucá, a retomada do crescimento da economia e as novas regras do mercado de trabalho ajudarão a criar entre 1 milhão e 1,5 milhão de empregos em até dois anos. "Se a conjuntura melhorar, é claro que isso será acelerado", diz o senador.

Sobre a medida provisória que o governo prepara para alterar pontos da reforma sancionada na quinta-feira, o senador do PMDB explica que haverá discussão sobre a redação final com o Congresso e o Executivo. "Vamos discutir e, se possível, podemos até aprimorar o texto. Daí, vai sair um entendimento e a medida provisória."

Questionado sobre a pertinência de se realizar debate apenas agora com a reforma trabalhista já sancionada, Jucá rebate críticas. "Se debateu muito, mas é claro que sempre vai haver algo que se pode melhorar. A maioria das críticas feitas pela oposição desvirtuavam a natureza do debate, sofismavam situações inverídicas que tinham apenas o condão de atrasar o projeto", rebate.

Artigo: Dez erros tributários que podem levar uma empresa à falência

17/07/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Conheça os erros mais comuns cometidos pelas empresas relacionados à área tributária.

Com o avanço da tecnologia nos sistemas de análise e fiscalização, o fisco tem cada vez mais capacidade de realizar fiscalizações em massa. Hoje, cruzamentos automáticos nos supercomputadores da Receita Federal são muito comuns, uma vez que os dados de instituições financeiras e outros contribuintes são declarados anual e mensalmente para o fisco, criando um "prato cheio" para as auditorias eletrônicas da Receita.

Um bom exemplo dessa transparência são as operações com cartões de crédito. As instituições financeiras também informam as movimentações para o fisco anualmente. Por isso, empresas que omitem faturamento, por exemplo, podem estar com os dias contados.

Entre os erros mais comuns cometidos pelas empresas relacionados à área tributária, estão:

- 1.** Omitir receitas e faturamentos: o fisco tem atualmente poderio suficiente para cruzar informações com as movimentações bancárias e cartões de crédito.
- 2.** Optar pelo regime tributário incorreto: o enquadramento do Simples Nacional sem o cumprimento de seus requisitos pode fazer a empresa ter carga tributária ainda maior.
- 3.** Realizar tomada de créditos tributários de forma indevida: a legislação atual pode gerar interpretação equivocada daquilo que se pode ou não tomar créditos, principalmente, na legislação de PIS e COFINS.
- 4.** Atrasar o pagamento dos tributos: diferente dos fornecedores habituais, em que é possível uma renegociação para não pagar multa e juros, o governo não tolera um dia de atraso nos recolhimentos dos tributos.

5. Confundir patrimônio de pessoa física com pessoa jurídica: considerar um veículo do sócio no ativo fixo de sua empresa pode gerar despesas não dedutíveis em sua contabilidade.

6. Praticar simulação tributária ou evasão fiscal: "simulação" e "evasão" são palavras proibidas no mundo tributário. Por isso, é importante buscar elementos econômicos diferentes do tributário para não cair no radar do fisco.

7. Cometer falta ou erro no envio dos arquivos para o fisco: a falta de entrega ou mesmo a omissão podem representar multas altíssimas para a organização.

8. Atender à fiscalização de forma inadequada: atendimento aos prazos é imperativo nessas situações. Uma multa da Receita Federal, por exemplo, pode afetar o caixa de uma empresa com percentuais que variam entre 75% e 225% sobre o imposto devido, além de efeitos penais para sócios e administradores.

9. Deixar de observar oportunidades de planejamento tributário: é dever de todo administrador observar possibilidades de otimização tributária de forma lícita. A falta de observação das melhores alternativas existentes na legislação pode fazer um concorrente ser mais bem-sucedido em suas margens.

10. Não considerar os reflexos tributários na formação de preços: as empresas são meras "arrecadoras" dos tributos do governo.

Imaginar pagar um tributo sem ter repassado isso no preço do produto ou serviço pode se tornar um grande problema para o negócio.

E o que pode acontecer com as empresas que não observam estes temas? O primeiro reflexo provavelmente será um prejuízo financeiro importante, oriundo de erros de planejamento.

Diante do cenário de luta contra a corrupção, com ações como a Lava Jato, as empresas têm que adotar políticas de *compliance* fiscal e uma boa governança tributária. Todos esses cuidados podem evitar a falência de uma organização, bem como significar perpetuidade de seus negócios.

Marco Aurélio Pitta é profissional de contabilidade, coordenador e professor de programas de MBA da Universidade Positivo nas áreas tributária, contabilidade e controladoria.

Caixa reabre programa de demissão voluntária pra cortar mais 5 mil vagas

17/07/2017 – Fonte: Tribuna PR



A Caixa Econômica Federal reabriu um programa de demissão voluntária extraordinário (PDVE) e espera que a adesão alcance 5.480 empregados, apurou o "Estadão/Broadcast". Na iniciativa anterior, encerrada em março último, o banco teve a adesão de 4.645 funcionários em um contingente de 30 mil pessoas elegíveis.

A expectativa da Caixa, em seu PDV anterior, era alcançar 10 mil empregados. Como não chegou ao número, o banco optou por reabrir o programa. Ao final de março, a Caixa contava com 101.505 funcionários, considerando estagiários e aprendizes. Somente empregados diretos do banco eram 91.128.

Desta vez, o período de adesão ao programa de demissão voluntária começa nesta segunda-feira e vai até o dia 14 de agosto. Com isso, o desligamento dos funcionários que aderirem ao PDV deve ocorrer de 24 de julho a 25 de agosto, conforme informações de documento enviado aos gestores do banco e obtido pelo

Estadão/Broadcast. "O PDVE tem por objetivo dar suporte financeiro aos empregados que queiram se desligar voluntariamente da empresa e que se enquadrem nas regras", explica a Caixa, na carta.

Poderão aderir ao programa de demissão voluntária do banco público os funcionários com no mínimo 15 anos de casa; aposentados pelo INSS até a data de desligamento, exceto quando for por invalidez; funcionários aptos a se aposentarem até 31 de dezembro de 2017 ou com adicional de função de confiança/cargo em comissão gratificada até a data de desligamento.

Em troca, a Caixa está oferecendo apoio financeiro, em caráter indenizatório e a ser pago em parcela única, de dez remunerações base do empregado, limitado a R\$ 500 mil. Os funcionários que aderirem, conforme explica o banco, permanecerão com o plano de saúde da instituição desde que atendam aos requisitos estabelecidos pela instituição. Para os que não se enquadrarem, o banco oferece a permanência no plano por 24 meses, sem prorrogação.

Procurada, a Caixa confirmou a reabertura do programa de demissão voluntária extraordinário.

Bradesco

Na semana passada, o Bradesco também anunciou um plano de demissão voluntária, o primeiro de sua história. O objetivo do banco, que precisa eliminar gorduras após a incorporação do HSBC, é alcançar uma adesão de entre 5 mil e 10 mil colaboradores, conforme informou o Estadão/ Broadcast na última quinta-feira. O prazo de adesão é parecido com o da Caixa. Começa também nesta segunda-feira e vai até 31 de agosto.

O público-alvo inclui todo o conglomerado Bradesco, mas apenas para funcionários com mais de dez anos de casa, e não está disponível para todos os departamentos, de acordo com fontes.

O Bradesco contava com 106.644 funcionários em março último, número 16,68% maior do que o visto um ano antes, ou seja, antes da integração do HSBC, que começou a ser considerado nos demonstrativos financeiros da instituição em julho de 2016 e adicionou cerca de 20 mil funcionários aos quadros do banco.

Já o Banco do Brasil fez, no ano passado, um plano de incentivo à aposentadoria. Na ocasião, a instituição conseguiu a adesão de 9,4 mil funcionários num horizonte possível de 18 mil servidores. O banco tem dito que não deve fazer outro movimento nesta direção.

As iniciativas dos bancos, seja do lado de demissões voluntárias ou incentivo à aposentadoria, ocorrem em meio à um movimento de reestruturação das redes físicas, com a maior relevância dos canais digitais, que já representam a maioria das transações bancárias, e ainda do internet banking. Além de fechar algumas unidades, as grandes instituições de varejo no País estão readequando as agências, transformando-as em espaços de negócios já que, cada vez mais, os correntistas fazem transações pelos seus celulares e tablets.

Ao final de março último, os cinco maiores bancos do País reuniam 19.220 agências, conforme dados disponíveis nos balanços de Bradesco, Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Santander Brasil e Caixa. O número indica a redução de apenas 142 unidades em um ano (seriam cerca de mil, se aos números do Bradesco não tivessem subido por conta da integração, no período, das 851 agências do HSBC).

Já em termos de funcionários no Brasil, os cinco maiores bancos somavam quase 426 mil no primeiro trimestre, um enxugamento de cerca de 3,8 mil pessoas em um ano. Aqui, também, se descontado o contingente do HSBC, a redução seria bem maior.

Arrecadação menor com Refis ameaça meta fiscal

17/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

As mudanças feitas pelo deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG) no texto do novo Refis proposto pelo governo colocaram em risco o cumprimento da meta fiscal deste ano e podem impor um perdão de 73% da dívida a ser negociada no programa de parcelamento.

O levantamento do impacto feito pela área técnica do Ministério da Fazenda, obtido pelo 'Estadão/Broadcast', mostra que a arrecadação prevista para 2017 pode derreter, passando de R\$ 13,3 bilhões para apenas R\$ 420 milhões.

O tamanho do buraco não só surpreendeu negativamente a equipe econômica como criou um imbróglio político para o governo, que precisará reverter o estrago feito no relatório em meio à busca de votos para barrar a denúncia contra o presidente Michel Temer.

Os técnicos começaram a trabalhar nos cálculos na quinta-feira à noite, após a divulgação do relatório final na página de acompanhamento da Medida Provisória (MP) 783, que instituiu o Refis. O sentimento é de indignação com a nova tentativa do relator de emplacar descontos praticamente integrais nos encargos da dívida.

Uma fonte da área econômica que trabalhou no levantamento afirma que as mudanças são absurdas e mostram irresponsabilidade do relator. A avaliação é de que não se trata mais de um programa de resolução de passivos, mas sim de perdão de dívidas, uma vez que até débitos sonegados ou gerados por fraude poderão ser parcelados. O impacto final assustou os técnicos, que nos cálculos preliminares previam que a arrecadação diminuiria a R\$ 3 bilhões neste ano.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse ontem à tarde em evento no Rio que as receitas com o Refis, nos moldes do relatório, ficariam "bem baixas", próximas a R\$ 1 bilhão. Mas a conta final ficou ainda menor, abaixo dos R\$ 500 milhões.

Orçamento. As mudanças ainda trazem uma dor de cabeça adicional à equipe econômica, que contava com os recursos do Refis para conseguir liberar, na semana que vem, parte do Orçamento que está bloqueada justamente por falta de receitas.

Quando lançou o primeiro Programa de Regularização Tributária (PRT), o governo incluiu uma previsão de arrecadação de R\$ 8 bilhões. Diante da nova MP, a intenção era incluir nas estimativas os R\$ 5,3 bilhões adicionais, o que agora pode não ocorrer.

A área econômica se sente traída pelos parlamentares, pois a MP 783 foi resultado de acordo amplamente negociado com o Congresso. O que se viu, no entanto, foi uma atuação rápida dos deputados e senadores para elaborar o relatório. Houve apenas uma audiência pública para debater a medida, e o parecer foi lido e aprovado já na quarta reunião da comissão mista, em sessão que durou menos de 50 minutos.

O texto apresentado inicialmente por Cardoso Jr. não trazia as principais mudanças, que mexeram, por exemplo, no valor dos descontos. Essas alterações foram incluídas por meio de destaques (mudanças específicas) acatados pelo relator, sem detalhamento do conteúdo nem votação pelo plenário.

Os parlamentares têm interesse no Refis, pois muitos deles têm empresas com dívidas tributárias, como já divulgou a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Técnicos do governo apontam que Cardosos Jr. legisla em causa própria porque é dono de empresas que possuem dívidas com a União. A reportagem ligou diversas vezes para o celular do deputado, mas não foi atendida.

O impacto das mudanças sobre a arrecadação é grande, porque o relator elevou os descontos máximos sobre juros e multas para 99%, na modalidade em que o contribuinte, depois da entrada de 20% da dívida este ano, paga o restante em parcela única em janeiro de 2018. Ao mesmo tempo, ele tirou a atratividade dessa modalidade, pois dá descontos pouco menores, de 90% e 85% para pagamentos parcelados em 145 e 175 meses, respectivamente.

O deputado ainda estendeu a um maior número de empresas o benefício de pagar uma entrada menor que os 20%. Antes, podiam acessar esse recurso contribuintes com dívidas de até R\$ 15 milhões, mas essa referência aumentou dez vezes, para R\$ 150 milhões. A alíquota especial de entrada também foi reduzida de 7,5% para 2,5%. Tudo para exigir menos dos devedores.

O impacto sobre a arrecadação do governo é maior porque o relator reintroduziu a modalidade que prevê a possibilidade de pagar uma entrada de 24% da dívida parcelada em 24 meses e abater o restante com créditos fiscais. Se todas essas mudanças forem aprovadas pelos plenários da Câmara e do Senado, o Ministério da Fazenda vai recomendar o veto da medida.

Meirelles: se aprovado o Refis como no relatório, arrecadação ficaria em R\$ 1 bi

17/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que o Ministério da Fazenda ainda avalia os impactos do novo programa de refinanciamento de dívidas, conhecido como Refis, mas que a arrecadação resultante do projeto pode ser reduzida a um montante bem baixo, próximo a R\$ 1 bilhão. A previsão inicial da área econômica era arrecadar R\$ 13,3 bilhões este ano com o programa.

“No relatório como está, estimativa é que arrecadação nos meses que faltam em 2017 seja substancialmente mais baixa do que as previsões. Um número bem baixo, próximo de R\$ 1 bilhão. A receita federal está no momento analisando isso. Esperamos até segunda-feira ter números precisos.”

A primeira proposta enviada pelo governo ao Congresso já tinha sido alterada pelo relator, deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG), que voltou a incluir, no novo texto, condições mais vantajosas para as empresas.

O parecer do relator foi aprovado na quinta-feira pela comissão mista da Medida Provisória (MP) 783. A alteração eleva os descontos em multas e juros para até 99% e concede a maior número de devedores o benefício de pagar um valor menor de entrada.

“É importante que o projeto não seja tão generoso que incentive empresas a não pagar imposto. Porque passa a ser mais negócio não pagar, premiando, portanto, o mau pagador. Esse projeto como está pode não atender às necessidades do País”, criticou Meirelles.

O ministro comentou ainda a tramitação das reformas no Congresso. Ele defendeu que a aprovação da reforma trabalhista foi fundamental, porque a legislação trabalhista precisava ser atualizada, e que agora o governo começa a discutir a reforma previdenciária para em seguida tratar da tributária.

“É importante estabelecer prioridades no serviço público”, afirmou. “Estamos iniciando os estudos sobre a reforma tributária e é um pouco prematuro ainda pensar em iniciativa precisa”, explicou.

Meirelles diz que novo Refis beneficia o mau pagador

17/07/2017 – Fonte: G1

Em visita ao Rio, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou nesta sexta-feira (14) que o Novo Refis - programa que permite a contribuintes pessoas físicas e jurídicas parcelar suas dívidas com o governo federal beneficiaria o mau pagador e diminuiria a arrecadação do governo, da maneira que foi aprovado na comissão mista do Congresso na quinta. A análise foi feita em evento na Fundação Getulio Vargas (FGV) nesta tarde.

"Não há dúvida de que o relatório aprovado como apresentado, no momento, diminuiria bastante a arrecadação prevista", afirmou.

Meirelles afirmou ainda que o projeto não atenderia as necessidades do país e que conta com a base aliada para promover mudanças.

"É importante que o projeto não seja tão generoso que incentive as empresas a não pagar imposto: 'ah não, vamos deixar de pagar e vamos esperar o próximo' porque passa a ser mais negócio não pagar. Portanto, premiando o mau pagador", avaliou.

"Precisa de uma ação inclusive da base parlamentar, visando recuperar o escopo do projeto", afirmou.

O ministro esteve no Rio para reunião com o prefeito Marcelo Crivella e eventos na FGV. Ele estimou que o acordo de recuperação fiscal envolvendo o Rio leve duas semanas para ser homologado.

Meirelles reconheceu que há uma acomodação da economia no segundo trimestre, depois de ter crescido no primeiro.

A retomada, diz, deve acontecer a partir do terceiro trimestre. Para ele, a retomada da economia também será fundamental para que o Estado volte a crescer.

BNDES não dá lucro, por isso taxa deve ser alterada

17/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Há dois tipos de subsídio do BNDES. Os explícitos e os implícitos.

A Constituição estabelece que 40% da receita do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador) seja depositada no BNDES. O banco de fomento remunera esses recursos à TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), que é bem menor do que a taxa de captação do Tesouro Nacional.

As operações de empréstimos do BNDES têm como baliza a TJLP. Em geral, o banco cobra em seus empréstimos TJLP e um spread associado ao custo e ao risco de inadimplência da operação.

Muitas vezes o BNDES repassa esses recursos aos demais bancos, inclusive da rede privada. Esses bancos remuneram o BNDES pela TJLP e um spread e cobram do tomador do empréstimo TJLP e um spread ainda maior, que cobre o custo da operação e o risco.

No final das contas, o BNDES tem lucro, pois a taxa que ele paga ao FAT, TJLP, é menor do que a cobrada do tomador final ou do banco que fará o repasse dos recursos. No entanto, não é verdade que a operação dá lucro para o Tesouro Nacional. O motivo é que os recursos tributários do FAT poderiam ser empregados na redução da dívida pública.

Nesse caso, o Tesouro ganharia (isto é, economizaria) a taxa de juros de captação do Tesouro, bem maior do que a TJLP.

Ou seja, o custo de oportunidade dos recursos do FAT é a taxa de juros de captação do Tesouro Nacional.

A diferença entre as duas taxas é o subsídio implícito na operação.

O fato de a Constituição estabelecer que 40% dos recursos do FAT devem ser direcionados ao BNDES e remunerados à TJLP não altera o fato de que o custo de oportunidade do Tesouro é maior.

A legislação consegue estabelecer um destino para os recursos do FAT e a sua remuneração, mas não consegue alterar o conceito econômico de custo de oportunidade.

Algumas vezes a formulação da política econômica decide que o BNDES deve emprestar, em determinadas linhas, a taxas ainda mais baixas.

Nesse caso, a diferença entre a taxa à qual o banco empresta e a TJLP será paga pelo Tesouro Nacional. O subsídio, portanto, é explícito.

Finalmente, algumas vezes os formuladores de política econômica decidem que 40% dos recursos do FAT por ano em adição à rolagem natural da carteira de empréstimos do BNDES não são suficientes para as necessidades da economia.

Nesse caso, o Tesouro capta recursos no mercado e os empresta ao BNDES, cobrando TJLP.

Entre 2008 e 2014, o Tesouro emprestou R\$ 400 bilhões ao BNDES nessas condições. Alega-se que o BNDES dá lucro. Se a contabilidade das operações do banco levasse em consideração que o custo dos seus recursos é dado pelo custo de oportunidade do Tesouro, saberíamos que o BNDES não dá lucro para o contribuinte.

É por esse motivo que a medida provisória 777 precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional.

A MP estabelece que em cinco anos, e para os novos empréstimos, a taxa de referência dos créditos concedidos pelo BNDES será a inflação realizada ao longo do contrato mais a taxa real de juros dada pela nota do Tesouro Nacional Série B com vencimento de cinco anos (a NTN-B de cinco anos), emitida no mês da concessão do empréstimo.

Ou seja, o juro real da operação será equivalente ao custo de captação do Tesouro para períodos equivalentes ao prazo médio dos empréstimos do banco.

Elimina-se assim o subsídio implícito e sobra o explícito. A transparência agradece.

Economia com novo juro do BNDES pode cair após propostas do Congresso

17/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

A equipe econômica prevê que a mudança nos juros dos empréstimos do BNDES vai gerar uma economia de R\$ 74 bilhões aos cofres públicos. Mas a cifra corre o risco de

ficar menor caso o prazo de transição para a nova taxa, proposto pelo governo, suba de cinco para dez anos, como querem parlamentares.

Com isso, a economia prevista cairia para R\$ 54 bilhões, uma redução de R\$ 20 bilhões -quantia que ajudaria a bancar um ano de Bolsa Família, que custou R\$ 28,5 bilhões em 2016.

A nova taxa, a TLP (Taxa de Longo Prazo), está em discussão no Congresso, já que a medida provisória que a criou vence em setembro.

Foram apresentadas 40 propostas de mudança -a maior parte sugerindo justamente que a transição da TLJP (Taxa de Juros de Longo Prazo) para a TLP se amplie.

Embora a equipe econômica resista na defesa da proposta original, a troca é uma das menos duras entre as sugeridas por parlamentares para a nova taxa do BNDES.

Outras emendas sugerem a fixação de um redutor, a ser acionado pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), para baixar a taxa. O instrumento manteria subsídios a empresas que tomam crédito no BNDES, justamente o que a nova TLP busca eliminar.

Para Mário Bernardini, diretor da Abimaq (associação defabricantes de máquinas e equipamentos), o custo do crédito vai subir com a TLP.

"Ligar a taxa de juros do BNDES à dinâmica da dívida pública é fazer o custo do investimento ficar mais alto", diz. "A tendência da dívida é de ascensão, não de queda, uma vez que o governo não consegue entregar nem crescimento nem ajuste fiscal."

A relação entre a taxa cobrada pelo banco e a dívida pública se estabelece porque os juros do BNDES passam a ser calculados com base em um título de dívida emitido pelo governo, a NTN-B.

O objetivo é eliminar os subsídios nos empréstimos do banco, nem sempre explícitos no Orçamento. Neste ano, a previsão do governo é gastar R\$ 43 bilhões com subsídios embutidos no crédito do BNDES. Isso porque o banco cobra das empresas que o acessam a TJLP, hoje em 7%, abaixo dos juros de mercado.

Com a TLP, o juro do BNDES se aproximará gradualmente dos de mercado até convergirem em cinco anos.

TAXA NERVOSA

Diante de críticas que surgiram nos últimos dias, vocalizadas também pelo presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, a equipe econômica informou que prepara uma regulamentação que sanará boa parte das dúvidas.

Paulo Rabello disse que a NTN-B, por ter variação diária, seria "nervosa" demais para guiar os empréstimos do banco. Já a TJLP é definida trimestralmente e varia bem menos.

Ela esteve em 7% em 2015, subiu para 7,5% em 2016 e voltou para 7% neste ano. A regulamentação deixará claro que a nova taxa será formada pela média da NTN-B dos últimos três meses.

E os passivos do BNDES seguirão a mesma métrica, eliminando dúvidas sobre desequilíbrios no balanço.

Críticos diziam que a TLP poderia gerar descasamento entre a taxa cobrada pelos empréstimos -o ativo do banco- e a taxa pela qual o BNDES remunera seus financiadores, FAT e Tesouro.

Como a nova taxa varia mais que a TJLP e o banco faz desembolsos diários, o temor era que ativo e passivo oscilassem de modo diverso, levando o banco a ter que criar sistema custoso de proteção.

Com a nova taxa, o passivo do BNDES será corrigido por uma média: novos empréstimos serão pagos pela TLP, e antigos, pela TJLP, e, caso o dinheiro fique parado no caixa, terá que devolver o valor corrigido pela Selic.

Para Carlos Kawall, ex-secretário do Tesouro, a mudança corrige uma distorção que favorecia os lucros do banco e, dessa forma, elevava artificialmente dividendos pagos pelo BNDES ao Tesouro, melhorando a aparência das contas públicas.

Felipe Rezende, professor da universidade americana de Bard e do Levy Institute, diz que a discussão sobre colocar a economia para rodar a taxas de mercado, gerando maior eficiência, foi feita por países desenvolvidos na década de 1980, mas os subsídios não foram abandonados.

Nos EUA, os benefícios relacionados a juros representam 2,2% do PIB. Chegaram a 5% no pré-crise, em 2007.

Prévia do PIB frustra expectativas e tem contração em maio

17/07/2017 – Fonte: Exame

Índice de Atividade Econômica do BC caiu 0,51 por cento em maio ante abril, em dado dessazonalizado

A economia brasileira pisou no freio e frustrou as expectativas ao apresentar contração em maio, informou o Banco Central nesta sexta-feira em dados captados em parte antes da crise política e que dão um sinal de recuperação ainda fraca, chancelando a trajetória de corte de juros.

O Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br), espécie de sinalizador do Produto Interno Bruto (**PIB**), caiu 0,51 por cento em maio ante abril, em dado dessazonalizado. Essa foi a queda mais intensa desde agosto passado, quando o índice recuou 0,7 por cento

A expectativa em pesquisa da Reuters com analistas era decréscimo de 0,5 por cento na mediana das projeções.

“A economia continua nessa toada de recuperação gradual com oscilações que são naturais. Dificilmente teremos vários meses seguidos de crescimento expressivo”, afirmou a economista-chefe da consultoria Rosenberg & Associados, Thais Marzola Zara.

Os dados do IBC-Br foram captados em parte antes da eclosão da crise política que afeta o presidente Michel Temer, o que tem atingido a confiança dos agentes econômicos.

Esse é o segundo resultado negativo no ano para o indicador, que incorpora projeções para a produção nos setores de serviços, indústria e agropecuária, bem como o impacto dos impostos sobre os produtos. A outra retração foi vista em março.

Destacando ainda mais a fraqueza da atividade, o BC revisou o número de abril para uma alta de 0,15 por cento, contra avanço de 0,28 por cento divulgado anteriormente. A queda na atividade ainda favorece a trajetória de queda da taxa básica de juros promovida pelo BC e dá mais espaço para novo corte de 1 ponto percentual da Selic, atualmente em 10,25 por cento.

Varejo

O resultado de maio do IBC-Br tem como pano de fundo uma queda inesperada nas vendas no varejo em maio, de 0,1 por cento.

O varejo soma-se a um resultado fraco também do setor de serviços, o que acabou por ofuscar a melhora da indústria, que teve expansão de 0,8 por cento.

Esses resultados também são encarados com cautela já que podem ainda não ter refletido na totalidade a profunda crise política que eclodiu em meados de maio, quando delações de executivos do grupo J&F levaram à denúncia por crime de corrupção contra Temer.

"O crescimento deve permanecer fraco e volátil durante 2017 dada a alta incerteza política e de política econômica, e uma série de outros fatores estruturais", escreveu em nota o diretor de pesquisa econômica do Goldman Sachs, Alberto Ramos.

Nas leituras de junho feitas pela Fundação Getulio Vargas (FGV), a confiança do consumidor caiu e devolveu a alta de maio, enquanto que a do comércio recuou ao nível de março e a da indústria teve o menor nível desde fevereiro. Por fim, também em junho, a de serviços teve a maior queda desde setembro de 2015.

Na comparação com maio de 2016, o IBC-Br apresentou variação positiva de 0,04 por cento, enquanto que no acumulado em 12 meses houve recuo de 2,22 por cento, sempre em números dessazonalizados.

Especialistas consultados na mais recente pesquisa Focus do BC veem crescimento do PIB neste ano de apenas 0,34 por cento, acelerando a 2 por cento em 2018.

Taxa de juro do BNDES pode travar investimentos, diz pesquisador

17/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



José Roberto Afonso, pesquisador do IBRE/FGV, em evento no Rio

O debate sobre o BNDES é superficial, e a mudança nos juros do banco pode comprometer a capacidade de financiar investimentos de longo prazo quando a economia se recuperar, afirma José Roberto Afonso, pesquisador do Ibre/FGV e funcionário aposentado do banco.

Com a nova TLP, os novos tomadores pagarão mais pelos excessos dos que usaram a taxa muito baixa.

Isso já ocorreu no PSI (programa de sustentação do investimento), que chegou a ter juros reais negativos. Caminhões e ônibus chegaram a responder por quase a metade dos desembolsos, em detrimento de máquinas, equipamentos e itens de inovação tecnológica.

"Se a TLP é mais alta que a TJLP, na prática isso é jogar a conta dos erros do passado no futuro investidor, que vai investir em infraestrutura."

Outra fonte de críticas é a provável devolução antecipada de recursos para o Tesouro. O governo injetou mais de R\$ 400 bilhões no banco até 2014 e já retomou R\$ 130 bilhões. Com recursos excedentes em caixa, que segundo estimativas podem chegar a R\$ 200 bilhões ao fim deste ano, há perspectiva de o Tesouro pedir mais dinheiro de volta.

Para Afonso, isso pode descapitalizar o banco, especialmente se for exigido que ele pague por algo que ainda não recebeu de volta—os empréstimos voltam aos poucos. Outro ponto importante, diz ele, é que o BNDES concentra todas as críticas, mas ele não opera sozinho.

No auge do PSI, ressalta, os agentes financeiros que atuam com recursos do banco emprestaram mais que o BNDES diretamente.

Depois disso, o BNDES pisou no freio, mas os intermediários são menos lentos. Para Afonso, a função tradicional do banco, o desenvolvimento, ficou em segundo plano porque as operações diretas ficaram para trás.

Ele é a favor da TLP, desde que com ajustes; funcionaria só para empréstimos que usam recursos do Tesouro. Já os que vêm do FAT seguiriam sob a TJLP. A separação serviria para limpar o banco da interferência do Tesouro e focá-lo em suas fontes tradicionais de recursos.

Brasil e Argentina anunciam acordo para evitar tributação

17/07/2017 – Fonte: Portal Contábil SC



Em visita ao Brasil na última sexta-feira, 14, o ministro das Relações Exteriores e Culto da República Argentina, embaixador Jorge Faurie, anunciou, junto ao ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes Ferreira, que Argentina e Brasil vão assinar acordo para evitar a bitributação de produtos e evasão fiscal entre os países, na próxima Cúpula do Mercosul, no dia 21 de julho, em Mendoza, Argentina.

Apesar de não antecipar quais serão os termos do protocolo, o acordo é visto com bons olhos pelo país vizinho. “Isso já foi um passo imenso no sentido de que empresas que trabalham no mercado do outro lado não vão pagar impostos duas vezes. Isso gera um barateamento na fase produtiva e é importante para algumas iniciativas comerciais”, afirmou Faurie.

“Hoje, qualquer empresa que tenha terminal em outro lado paga imposto duas vezes, isso depois é transferido para o preço do produto. Quando você tira a contribuição de um lado, a empresa fica com mais folga financeira”, explicou.

A Argentina é o terceiro destino das exportações brasileiras e o Brasil é o principal mercado para as exportações argentinas. O intercâmbio comercial, totalizou mais de US\$ 22 bilhões em 2016, aumentou quase 20% nos primeiros cinco meses de 2017 em comparação ao mesmo período do ano anterior. “A Argentina sempre acompanha toda a situação que envolve o Brasil, por ser nosso principal sócio, não só no comércio e economicamente”, ressaltou Faurie.

Além de tratar de formas para melhorar o comércio, o acordo entre Mercosul e União Europeia foi discutido. No próximo dia 21, o Brasil assume a presidência semestral do bloco e a expectativa é continuar a negociação para a criação de um mercado de livre-comércio de cerca de 760 milhões de pessoas. As negociações ficaram paradas durante anos, após um intercâmbio de ofertas fracassado em 2004, e foram retomadas em 2010.

Encontro com Temer

O presidente Michel Temer recebeu a autoridade argentina na manhã desta sexta-feira, 14, na base aérea de Brasília. De acordo com informações do Palácio do Planalto, o encontro durou, aproximadamente, 15 minutos. Os dois conversaram sobre as perspectivas do acordo entre o Mercosul e União Europeia (UE).

Faurie preferiu não comentar sobre a crise política no país e a impopularidade de Temer, mas considera que a recepção da autoridade brasileira "valida o sentido do encontro".

"O presidente esteve comigo e com toda a delegação. É um gesto de deferência com a República da Argentina, a qual represento. Como se imagina não vou falar da política interna, isso é de cada um", comentou Faurie.

OMC discute barreiras brasileiras à importação

17/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

Barreiras administrativas, incentivos suspeitos de irregularidades às empresas locais e um sistema tributário que dificulta o comércio e os investimentos. A partir de segunda-feira, o governo de Michel Temer passará a ser avaliado pela Organização Mundial do Comércio (OMC), em sabatina realizada em Genebra a cada quatro anos com o País.

Até ontem, mais de 700 queixas, perguntas e críticas tinham sido apresentadas pelos principais parceiros comerciais do Brasil, que vão cobrar maior abertura de mercado. O número de perguntas pode chegar a 800 até o início da reunião.

A sabatina é usada como espaço para que os países apontem falhas no sistema comercial do governo sob avaliação. No caso do Brasil, as perguntas terão um ponto central: o perfil considerado ainda fechado do mercado, principalmente depois de um período marcado pela forte proteção às indústrias nacionais.

Um dos pontos destacados é o complexo sistema fiscal nacional, que tem dificultado investimentos e criado problemas para importadores. Parte das perguntas aponta que, por causa de esquemas fiscais e isenções adotadas nos últimos anos, produtos importados sofreram condições adversas em comparação à produção nacional.

Burocracia, exigências de diferentes órgãos e falta de processos transparentes fazem parte da lista de críticas de governos como o dos EUA, de economias asiáticas e europeias.

Como o Estado revelou nesta semana, um dos pontos de maior crítica será a atuação do BNDES. Para parceiros comerciais, as taxas de juros do banco para determinados setores da economia nacional poderia representar subsídios ilegais, afetando a competitividade de estrangeiros.

O crédito à exportação agrícola também está na mira dos governos estrangeiros, que suspeitam de esquemas montados no Brasil para tornar suas vendas mais competitivas.

Abertura. Com uma delegação composta por representantes de ministérios, BNDES e outros órgãos estatais, o governo brasileiro fará um discurso baseado na mudança de postura que adotou desde 2015, quando optou por reduzir as barreiras às importações, facilitou a entrada de investidores em determinados setores e reduziu a abertura de medidas antidumping.

Para o governo brasileiro, o fato de que o fluxo de investimentos externos continuou elevado, mesmo com a crise econômica, é sinal de que eventuais barreiras não têm freado a entrada de capital e que não se pode falar em economia fechada.

O País teve a maior queda de importações entre as grandes economias. No ano passado, a redução foi de quase 20% no valor nas importações ante média de 3% no mundo. O resultado, de US\$ 143 bilhões, fez o Brasil despencar no ranking de maiores importadores. O governo argumenta que a queda não tem relação com medidas protecionistas – o motivo seria a recessão

Estrangeiros estão otimistas com o Brasil, diz Meirelles

17/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou nesta sexta-feira, 14, que já nota otimismo sobre a economia brasileira em conversa com interlocutores estrangeiros. Segundo ele, os próprios economistas brasileiros afirmam que seus pares estrangeiros estão muito mais otimistas.

“Não é necessariamente assim, é que eles têm visão mais fria de longo prazo, estão olhando a situação da economia brasileira, e a aprovação das reformas de longo prazo”, justificou Meirelles.

O ministro prevê uma expansão de 0,5% para o Produto Interno Bruto brasileiro em 2017.

“Não temos visto necessidade hoje de alteração disso não, não se prevê grande mudança não”, avaliou.

Na visão dele, além das reformas em andamento, como a trabalhista, aprovada esta semana no congresso, o arrefecimento da inflação também é um indicador favorável. “A queda de alimentos no domicílio é importante, porque afeta diretamente a capacidade de consumo dos brasileiros”, justificou.

Quanto à Reforma Tributária, Meirelles informou que a Fazenda já tem vários estudos sobre o tema, inclusive um modelo, assim como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). As conversas dentro do governo começam na próxima semana.

“Vamos começar a conversar essa semana. Está chegando na hora de começar a formatar a Reforma Tributária para começar a propô-la”, afirmou.

TLP

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles defendeu nesta sexta-feira, 14, a substituição da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pela nova Taxa de Longo Prazo (TLP), em operações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O atual presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, acendeu uma polêmica entre integrantes do governo após ter criticado abertamente em entrevista ao **Broadcast** a nova TLP, que entra em vigor em janeiro do próximo ano. Rabello de Castro voltou atrás e declarou esta semana que estava “totalmente vinculado à Medida Provisória que criou a taxa”, que substituirá ao longo do tempo a TJLP nas operações do banco de fomento.

Meirelles reconheceu que a TLP gera certa controvérsia entre alguns empresários, mas que a tendência é de redução na taxa de juros de longo prazo sob os novos parâmetros. O ministro garantiu que o empresário não ficará inseguro com a nova fórmula de cobrança dos juros, porque haverá mais previsibilidade.

“O custo fiscal dos últimos dez anos com TJLP foi de R\$ 117 bilhões. Essa proposta resolve esse problema e dá previsibilidade”, declarou.

Meirelles participou do painel “Perspectivas Econômicas & Políticas Públicas: Desafios para o Brasil”, na sede da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio. Mais cedo, o ministro esteve em almoço com o prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (PRB), no Palácio da Cidade, sede do governo municipal em Botafogo, zona sul da capital.

Reformas

Meirelles também disse que a atual proposta previdenciária preserva 75% dos ganhos previstos inicialmente. “Ainda está dentro de um patamar sustentável. Se aprovar, a vida da próxima administração vai ser mais fácil. Se não, o próximo governo vai ter que enfrentar isso”, afirmou, em seminário na FGV.

A previsão do ministro é que, com a aprovação de uma série de reformas, o País entrará em um período de “crescimento sustentável partir de 2019.”

Custo dos juros

Ao ser questionado sobre os efeitos nocivos dos juros sobre a economia, o ministro destacou que sente os efeitos da Selic também nas contas públicas, por isso, é favorável ao corte. “Eu tenho que gerenciar a dívida pública, que paga juros, então tem um custo fiscal. Então sou favorável a um juro baixo”, disse Meirelles.

O ministro ressaltou, no entanto, que qualquer redução da taxa de juros precisa ter consistência, para não permitir que a inflação volte a acelerar.

Meirelles participou do painel “Perspectivas Econômicas & Políticas Públicas: Desafios para o Brasil”, na sede da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio. Mais cedo, o ministro esteve em almoço com o prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (PRB), no Palácio da Cidade, sede do governo municipal em Botafogo, zona sul do Rio.

Brasil é campeão de isolamento em comércio internacional

17/07/2017 – Fonte: Exame (postado em 15-07-2017)

Brasil é campeão de isolamento em comércio internacional

Além de toda a insegurança política, o Brasil continua a jogar contra seus empresários quando o assunto é abertura comercial



Comércio internacional: Brasil é o 69º país mais aberto do mundo, entre 75 pesquisados (foto/Thinkstock)

No discurso que fez quando assumiu a presidência, Michel Temer disse que uma de suas prioridades era “estabelecer bases sólidas” para que a política externa voltasse a representar “os valores e interesses permanentes no nosso país”. “A recuperação do

prestígio do país e da confiança em seu futuro serão tarefas iniciais e decisivas para o fortalecimento da inserção internacional da nossa economia”, disse.

Mais de um ano depois – e com o presidente quase fora do poder – o país andou milímetros na “inserção internacional da nossa economia”. Além de toda a insegurança trazida por sucessivas crises políticas, o Brasil continua a jogar contra seus empresários quando o assunto é abertura comercial.

De acordo com o Open Market Index, o ranking da abertura de mercado da Câmara de Comércio Internacional (ICC, na sigla em inglês), publicado na última semana, o Brasil é o 69º país mais aberto do mundo, entre 75 pesquisados.

No ranking, está pior do que a Argentina, que fica em 68ª com todos os problemas conhecidos, Quênia, Uganda, China e Índia e ocupa a última posição entre os países-membro do G20 – o grupo de 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia. Nas seis posições que ficam abaixo do Brasil estão Bangladesh, Nigéria, Paquistão, Etiópia, Sudão e Venezuela, em último.

“O Brasil perdeu uma janela de oportunidade, que aconteceu antes da eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, de se inserir de forma mais ativa no comércio internacional. Nossas políticas foram na direção contrária, como o incentivo ao conteúdo local e a proteção elevada de alguns setores”, diz Gabriel Petrus, diretor executivo da ICC, responsável pelo estudo, no Brasil.

Ainda de acordo com Petrus, o país poderia ter se blindado da recessão que está passando caso tivesse se aberto mais para o exterior quando teve a oportunidade.

“Não é uma coincidência o país ser um dos mais protecionistas e enfrentar a mais grave recessão econômica da atualidade”. Uma inserção maior no mercado internacional ajudaria a economia brasileira em um momento em que a política tem outras preocupações.

O péssimo lugar do país não significa que nada tenha sido feito nos últimos anos. De 2015, ano do último ranking, para agora, o país subiu uma posição e melhorou 0,1 ponto em uma escala que vai de zero a 6. Na nota geral, o Brasil ficou com 2,4 pontos, abaixo da média de abertura para negócios dos outros países pesquisados. É muito pouco.

O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) até trabalha para melhorar o ambiente, com iniciativas como o lançamento, em março deste ano, do portal único do comércio exterior – uma medida que estava no radar há anos, mas não saía do papel. O portal elimina boa parte da burocracia para as exportações nacionais ao reunir em um só lugar diversos trâmites obrigatórios para os exportadores.

“É uma ótima iniciativa e quem precisa disso para o comércio internacional vem sentindo essa evolução no trabalho do ministério, mas ainda há muito para ser feito, principalmente com projetos que não dependam de aprovações do legislativo, e que, em teoria, são mais simples de se pôr em prática”, diz Wagner Parente, da consultoria especializada em comércio exterior Barral M Jorge.

O aumento no número de acordos bilaterais para agilizar a entrada e saída de produtos do país seria uma forma de resolver burocracias sem depender de esforços legislativos. Chamados de Programas de Operador Econômico Autorizado, hoje o país só tem um acordo do tipo, com o Uruguai, e negocia com os Estados Unidos.

Passos maiores

Para o Brasil se inserir de fato no mapa do comércio internacional, só medidas simples não são suficientes. Algumas agendas que podem tornar-se realidade em um futuro

próximo, no entanto, têm condições de modificar isso. O acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul, por exemplo, ajudaria o país a melhorar algumas posições no ranking de abertura comercial da ICC.

Há uma expectativa que isso se concretize até o final do ano, de acordo com conversas paralelas que aconteceram durante o G20. O Parlamento Europeu discutiu na última semana os avanços possíveis nesse acordo. Agora que a entidade europeia já fechou uma parceria parecida com o Japão, anunciada há alguns dias, o Mercosul subiu uma posição na fila de prioridades.

Ainda assim, para chegar ao nível de abertura de países como Singapura, o primeiro do ranking da ICC, existem vários outros problemas que devem ser corrigidos, como a alta tarifa para importados, que diminui a competitividade dos produtos brasileiros. Uma empresa de tecnologia que paga caro para importar componentes não vai conseguir vender seus produtos para fora do país porque eles serão mais custosos que os dos concorrentes.

“A nossa média tarifária para importações, pegando todos os setores, fica entre 12% e 14% e isso é muito alto comparado com a média de países desenvolvidos, onde fica entre 2% e 4%. Nós temos picos de impostos que passam dos 30%, como no setor automobilístico”, diz Parente. Para completar, ainda existem barreiras não tarifárias que são criadas com o mesmo intuito, o de fechar o mercado nacional.

Isso cria um ciclo vicioso. A tarifa alta reserva espaço no mercado nacional e dificulta a importação de produtos que tornariam o Brasil mais competitivo internacionalmente. Com o mercado reservado e dificuldades em vender fora do país, a indústria inova pouco, perde ainda mais competitividade e torna-se ineficiente e cara, inclusive para o comércio interno.

Com os impostos de importação que tornam quase obrigatório produzir no Brasil, os brasileiros pagam o preço mais alto do mundo em um veículo, por exemplo. Quanto maior a dificuldade de competir com estrangeiros, maior a pressão por parte dos empresários para que se mantenha a proteção tarifária.

O resultado dessa política os brasileiros já sabem: produtos caros e com qualidade inferior. Em outros setores, como o de serviços, a história é parecida. No longo prazo, políticas como essa dificultam a modernização e, por consequência, a inovação na economia.

O MDIC até tem um regime que reduz temporariamente a alíquota de importação e bens de capital e de informática e telecomunicações quando não existe uma produção nacional equivalente. Muitas vezes, porém, o processo é tão moroso que as indústrias preferem pagar a alíquota cheia a esperar que o tema seja deliberado em uma das reuniões da Câmara de Comércio Exterior que decidem sobre o assunto – o que pode demorar meses.

Um bom exemplo a ser seguido pode estar aqui do lado. Desde o primeiro ranking lançado pela ICC, em 2011, o Peru subiu dezenove posições graças a mudanças que aconteceram principalmente na estrutura de tarifas de importação e na facilitação na captação de investimento estrangeiro direto.

“A evolução na posição do Peru se deve a uma grande melhoria na política comercial do país, que agora é classificada como ‘excelente’. Este não é apenas o melhor resultado na América Latina, mas também o quarto melhor na nossa amostra de 75 economias”, diz o estudo publicado em 2015. O país, que hoje é 34º no ranking da ICC, estaria em uma posição melhor se não tivesse problemas com a abertura de mercado e a infraestrutura.

Um bom começo para essa virada por aqui poderia ser recomeçar a negociar grandes acordos internacionais, além de acelerar as conversas bilaterais para derrubar barreiras. Nesse caso, o engessamento que o Mercosul impõe ao Brasil também atrapalha negociações mais robustas. Hoje, o país representa 1,2% do comércio mundial. "Se compararmos o Brasil com outros países em desenvolvimento, teríamos capacidade para representar entre 4% e 5% do comércio mundial com tranquilidade", diz Parente.

Efeito Trump

A chegada de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos com uma postura antiglobalização – e o caso de políticos com visões similares surgindo em todo o mundo – é algo que preocupa o ICC.

Na carta da edição 2017 do ranking, o presidente da instituição, John Danilovich (que já foi embaixador dos Estados Unidos no Brasil), disse que "pela primeira vez na memória viva, vemos a divisão em termos de ideologia e atitude sobre como devemos lidar com as consequências da globalização".

"Embora não devamos ignorar as preocupações legítimas sobre o comércio, também devemos ter em mente o poder comprovado dos mercados abertos para impulsionar grandes aumentos de prosperidade e oportunidades econômicas", disse.

Para Danilovich, não há retorno possível para a globalização e a discussão deve centrar-se em "como melhor aproveitar o poder das economias abertas para beneficiar mais pessoas".

O ex-secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, costumava dizer que "Argumentar contra a globalização é como argumentar contra a lei da gravidade". Trump, é contra um mercado mais livre por opção política. O Brasil, até aqui, por uma corrosiva mistura de incompetência, corrupção e inoperância.

ARTIGO: Aumento do uso de insumos importados na indústria não eleva competitividade do Brasil

17/07/2017 – Fonte: CNI

Em artigo publicado na Revista Brasileira de Comércio Exterior, os economistas da CNI Renato da Fonseca e Samantha Cunha analisam a mudança de estratégia de integração mundial da indústria brasileira

A indústria brasileira mudou a estratégia de integração à economia mundial. Nos últimos 15 anos, o setor intensificou o uso de insumos importados e voltou a produção para o mercado interno, mostra o artigo escrito pelo gerente-executivo de Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Renato da Fonseca, e a economista da CNI Samantha Cunha.

Mas essa mudança, estimulada especialmente pela variação do câmbio, não contribuiu para o aumento da competitividade das empresas. As exportações de manufaturados diminuíram e a indústria brasileira perdeu espaço no mercado interno para os competidores estrangeiros, observam os economistas.

O texto publicado nesta sexta-feira (14), na Revista Brasileira de Comércio Exterior, da Funcex, mostra que entre 2003 e 2011, o coeficiente que mede a participação dos insumos industriais importados na produção nacional saltou de 16,5% para pouco mais de 25%. Enquanto isso, o coeficiente de exportações caiu de 19,7% em 2005 para 12,1% em 2014.

"O processo de apreciação da moeda doméstica apresenta-se como um fator significativo para a mudança da estrutura industrial", afirma o artigo. De um lado, o

real valorizado estimulou a substituição de insumos nacionais por importados. De outro, prejudicou as exportações e estimulou as empresas a se concentrarem no mercado interno.

A desvalorização do real diante do dólar verificada a partir de 2011 não reverteu a mudança estrutural da década anterior. A estimativa é que a participação dos insumos importados na produção industrial fique em 23% em 2016. E, mesmo com o crescimento das vendas externas, o coeficiente de exportações deve alcançar 16,3% em 2016.

No artigo, Renato da Fonseca e Samantha Cunha destacam que a perda de competitividade da indústria brasileira se deve à valorização do real frente ao dólar antes de 2011 e aos problemas estruturais enfrentados pelas empresas, como as deficiências da infraestrutura, a elevada carga tributária, o excesso de burocracia e a legislação trabalhista anacrônica.

Para os economistas da CNI, o aumento das exportações é um dos grandes desafios do país. "Para isso, o Brasil precisa melhorar sua infraestrutura e seu ambiente de negócios. É necessário reduzir o excesso de burocracia e as inseguranças jurídicas inerentes, sobretudo, às legislações trabalhista, tributária e de meio ambiente", destaca o artigo.

(Renato da Fonseca é gerente-executivo de Pesquisa e Competitividade e Samantha Cunha é Especialista de Desenvolvimento Industrial, ambos da CNI).

Empresas abrem novos mercados e exportações nos estados avançam

17/07/2017 – Fonte: GS Notícias/DCI

Com a crise brasileira, companhias passaram a buscar novas oportunidades em outros países, impulsionando as vendas externas das unidades federativas tradicionalmente exportadoras



As vendas externas dos principais estados exportadores estão em contínuo crescimento, não só por conta do câmbio, mas também por uma agressividade maior das empresas em buscar novos mercados, dado o enfraquecimento da economia interna.

Para especialistas, as companhias nacionais devem se aproveitar do crescimento global previsto para este e para o próximo ano de modo a continuar avançando.

No maior estado exportador, São Paulo, as vendas externas aumentaram 11,3% no primeiro semestre de 2017, ante igual período do ano passado, para US\$ 24,7 bilhões. Tanto os produtos básicos, como os manufaturados puxaram a alta.

Enquanto os desembarques de açúcar de cana cresceram 34%, a US\$ 2,8 bilhões, a venda de automóveis expandiu 24%, a US\$ 1,2 bilhão, mostram dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic).

Já no Rio de Janeiro, a pauta de exportação foi menos variada. O que impulsionou o aumento de 56,5% nas vendas (para US\$ 11 bilhões) foram os óleos bruto de petróleo, que expandiram 135% no primeiro semestre, alcançando US\$ 7,5 bilhões.

Em Minas Gerais, por sua vez, as exportações tiveram alta de 31%, para US\$ 13,2 bilhões, favorecidas, sobretudo, pelos desembarques de produtos básicos, que correspondem a 70% da pauta do estado. Cerca de 38% do total do que Minas desembarcou foi minério de ferro, cuja exportação cresceu 77,3%, para US\$ 5 bilhões. Já as vendas de café avançaram 12% para US\$ 1,7 bilhão.

Produtos básicos

Na região Centro-Oeste, a soja continuou sendo o destaque. No Mato Grosso, as exportações totais chegaram a cair 2%, para US\$ 8 bilhões, porém as vendas do grão, que são 68% do que o estado desembarca, tiveram aumento de 17,1%, para US\$ 5,5 bilhões. Já no Mato Grosso do Sul, as exportações se elevaram em 1,8%, para US\$ 2,4 bilhões, com o impulso da soja (+16,6%, para US\$ 985 milhões) e da carne bovina (+10,7%, a US\$ 237 milhões).

A região Sul, que também é tradicionalmente exportadora, teve uma pauta mais variada. No Paraná, por exemplo, as vendas cresceram 15%, para US\$ 9 bilhões, puxadas por básicos e manufaturados. Enquanto os desembarques de soja tiveram alta de 13%, a US\$ 2 bilhões, as exportações de veículos de carga cresceram 74%, a US\$ 221 milhões.

Já no Rio Grande do Sul, os desembarques se elevaram em 7,8%, para US\$ 8,3 bilhões, puxadas pela soja (+ 9,4%, para US\$ 2 bilhões) e automóveis (+109%, a US\$ 311 milhões).

O professor da Trevisan Escola de Negócios, Amaurit Alarcón, reforça que, além da taxa de câmbio mais favorável às exportações do País, a crise econômica fez com que "rapidamente" as empresas se redirecionassem para o mercado externo. Segundo ele, o setor privado nacional está mais atento aos outros países, porém, para avançar nestes - principalmente aproveitando a onda de crescimento global - deve estar disposto a adaptar e aprimorar serviços e produtos.

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o mundo deve ter expansão de 3,4% em 2017 e 3,5% em 2018. Já o professor de economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Fernando Ferrari Filho, afirma que a perspectiva de crescimento para 2017 para os principais parceiros comerciais do Brasil, como China (+6,5%), Europa (+1,2%) e Estados Unidos (+2,2%) são semelhantes ao avanço registrado no ano passado.

Para ele, este cenário reforça que o saldo comercial positivo do País está mais relacionado a uma abertura de novos mercados pelas empresas do que somente pelo crescimento global. Ou seja, para Ferrari, nossas companhias estão sendo ativas neste processo.

Correção: empresário não pode esperar pelo governo, diz Rabello

17/07/2017 – Fonte: Tribuna PR (postado em 14-07-2017)

A nota enviada anteriormente foi publicada com o título truncado. Segue o texto com o título correto.

Envolvido em uma polêmica com a equipe econômica do governo após criticar a nova taxa de juros proposta para o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), a Taxa de Longo Prazo (TLP), o presidente do banco de fomento Paulo Rabello de Castro conclamou o empresariado a tomar a dianteira da retomada do crescimento uma vez que "o aparelho do Estado está constrangido por um teto de gastos".

“O empresário não pode esperar a máquina pública destravar. Tem que arrombar a porta da máquina pública. Não podemos esperar que o setor público venha resgatar o setor privado. O aparelho do Estado está constrangido por um teto de gastos. Não nos iludamos: a viúva está pobre, a festa acabou”, disse Rabello em debate na cerimônia de posse dos conselheiros da Associação Comercial do Rio.

Rabello disse que acredita no crescimento porque o Brasil não tem mais os problemas dos anos 70, tem reservas internacionais de US\$ 370 bilhões e, assim, descolou a economia da política. “Não temos o direito de achar que nós não vamos mais resgatar o crescimento”, disse.

Habitado a frases de efeito, o presidente do banco disse que se sente no BNDES um “banqueiro por um dia” e um “presidente diarista”. “Em um dia limpo a mesa e no dia seguinte não tem nada no Diário Oficial, então continuo no banco”, brincou. Na semana passada dois diretores do banco pediram demissão em reação às críticas de Rabello à TLP, aprovada na gestão de Maria Silvia Bastos Marques.

O economista saiu em defesa do BNDES, afirmando que o banco é articulador e fomentador do crédito de forma que seja concedido sem ágio. Segundo ele, as prioridades são a inovação e buscar a interiorização vertical do desenvolvimento. A ideia é redescobrir o que chamou de empresário anônimo, pequenos e médios do interior, a quem o banco sim privilegiará com seus subsídios.

Segundo ele o papel do BNDES é importante porque os bancos privados não sabem mais emprestar, já que estão rolando a dívida interna. “Mas o Brasil não come juros, come alimentos, serviços”, disse.

Rabello também afirmou que o BNDES é um banco ético e limpo. “Tem gente que trabalha direito e o Tribunal de Contas da União (TCU) não precisa ficar no pé”, afirmou. O TCU fará uma auditoria para analisar possíveis irregularidades em empréstimos do banco. “Brasil não precisa de babá, muito menos vestida de preto, para poder trabalhar bem”, afirmou.

Fiesp: nível de emprego na indústria cai 0,18% em junho, com ajuste sazonal

17/07/2017 – Fonte: Tribuna PR (postado em 14-07-2017)

O nível de emprego na indústria paulista caiu 0,18% em junho ante maio na série com ajuste sazonal, informou o Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecon), da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp e Ciesp) nesta sexta-feira, 14.

Sem ajuste sazonal, a queda foi de 0,44%, calculada a partir da demissão de 9,5 mil trabalhadores no mês. Na comparação com junho de 2016, o recuo no nível de emprego foi de 3,81%, com menos 86 mil trabalhadores empregados.

Contudo, no primeiro semestre, o nível de emprego, segundo a Fiesp, subiu 0,47% na comparação com o mesmo período do ano passado, com criação de 10 mil postos de trabalho. Esse é o melhor resultado desde 2013. Na comparação nos primeiros semestres dos últimos três anos, as demissões somaram 1 mil, 62,5 mil e 57,5 mil, respectivamente.

A Fiesp cita a aprovação da reforma trabalhista como um dos fatores que explicam uma expectativa mais favorável em relação ao emprego no setor no segundo semestre.

“Neste 1º semestre tivemos três meses positivos e três negativos. Estamos em fase de transição. Esperamos uma retomada mais pronunciada do emprego na indústria no 2º semestre. A regulamentação da terceirização, a emenda constitucional do teto dos

gastos públicos, a nova legislação da exploração do petróleo, e agora a aprovação da reforma trabalhista, são um conjunto de medidas que devem reativar a economia do País dando mais ânimo para as contratações”, avalia a federação em nota.

Entre os 22 setores acompanhados pela pesquisa, 17 registraram saldo negativo de empregos, quatro ficaram estáveis e apenas o setor de couro e calçados gerou vagas em junho (233).

Os destaques negativos foram os segmentos de produtos alimentícios, com fechamento de 2,3 mil vagas; impressão e reprodução de gravações (-1.332); bebidas (-1.302); e móveis (-1.118).

Tanto o interior (-0,4%) quanto a Grande São Paulo (-0,52%) fecharam postos de trabalho em junho. Botucatu teve o pior desempenho entre as 36 diretorias regionais, com recuo de 4,34%, influenciado por confecção de artigo do vestuário (-32,53%) e produtos alimentícios (-0,42%).

Em contrapartida, Jaú registrou o maior número de contratações (1,13%), com a ajuda dos setores de produtos de metal (18,18%) e produtos alimentícios (1,16%).

Empresas não se preparam para novo eSocial, vigente a partir de 2018

17/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Quase metade das empresas que passarão a enviar, a partir do eSocial, informações de folha de pagamento e encargos trabalhistas em tempo real ao governo a partir de 2018 ainda não se preparou para o novo sistema.

A Receita Federal estima que 14 mil companhias estarão sujeitas ao eSocial a partir de janeiro. As demais entram no sistema no segundo semestre de 2018.

Pesquisa da consultoria EY (antiga Ernst Young) com 386 companhias com faturamento superior a R\$ 78 milhões ao ano -sujeitas à obrigação no começo do ano- aponta que 48% não têm nenhuma avaliação sobre quais as mudanças que terão de ser feitas para adotar o novo sistema.

O eSocial permitirá um aumento na capacidade de fiscalização de órgãos como Ministério do Trabalho e Previdência, além do fisco.

Deslizes comuns no cumprimento da legislação -como horas extras acima do limite de duas por dia e divisão de férias além do previsto em lei- e de procedimentos poderão ser monitorados sem fiscalização presencial.

Segundo Marcelo Godinho, sócio da EY, não será mais possível resolver questões trabalhistas com "jeitinho". Empresas deverão ter mais planejamento e controle.

Se uma obra estiver atrasada, por exemplo, não será possível telefonar para trabalhadores para que venham no dia seguinte e formalizar a contratação depois, diz. A empresa que não se adequar não conseguirá fazer suas declarações, perderá a certidão negativa de débitos (será considerada inadimplente com o governo) e estará sujeita a multas.

DADOS

O novo sistema, diz Valter Shimidu, sócio da KPMG, exigirá nome, CPF, PIS e endereço de cada funcionário. Se um dado estiver errado, as informações não são enviadas.

"Temos visto que 10% da base cadastral das empresas tem alguma inconsistência. Em uma empresa de 5.000 pessoas, 500 cadastros têm problema", afirma.

Segundo a EY, 54% das empresas ainda não revisaram os cadastros de funcionários.

Companhias também terão de estar em dia com seus programas de saúde e segurança no trabalho e registrar com prontidão faltas e licenças médicas, afirma Helio Donin Júnior, diretor de educação e cultura da Fenacon (federação das empresas contábeis).

Para ele, a demora das empresas em se preparar para o novo eSocial decorre do atraso na entrada em funcionamento, que estava prevista, inicialmente, para 2014.

De acordo com Donin, apesar da dificuldade inicial, o eSocial deverá diminuir a burocracia, pois levará à eliminação gradual de outras declarações trabalhistas, como a Rais e o Caged.

O novo eSocial estará liberado para testes em agosto.

ACOMPANHAMENTO

Altemir Linhares de Melo, auditor-fiscal da Receita e assessor especial para o eSocial, afirma que o órgão acompanha a evolução do quadro, que se assemelha muito aos períodos que antecederam outras cinco etapas de implantação do Sistema Público de Escrituração Digital.

Ele afirma que a decisão de postergar o início do eSocial para janeiro de 2018 decorreu de apelos dos segmentos econômicos envolvidos.

O auditor ainda afirmou que não existe nenhuma hipótese de adiamento da entrada em funcionamento do eSocial no ano que vem.

Novo salário mínimo tem impacto de R\$ 12,7 bi nas contas de 2018

17/07/2017 – Fonte: Bem Paraná



O aumento do salário mínimo de R\$ 937 para R\$ 979 em 2018 terá impacto de R\$ 12,7 bilhões nas contas do governo no próximo ano. Os números foram levantados pela Agência Brasil com base em estimativas do Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada pelo Congresso Nacional na última quinta-feira (13).

A LDO define os parâmetros e as metas fiscais para a elaboração do Orçamento do ano seguinte. Por determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal, contém um anexo com os riscos para as contas públicas no curto e no longo prazo.

De acordo com esse relatório, cada R\$ 1 de aumento no salário mínimo tem impacto de R\$ 301,6 milhões nos benefícios previdenciários, sociais e trabalhistas pagos pelo

governo. Como o salário mínimo subirá R\$ 42, o impacto total será de quase R\$ 13 bilhões.

A maior parte dos gastos extras virá da Previdência Social, cujo déficit subirá em R\$ 8,6 bilhões no próximo ano apenas por causa do reajuste do salário mínimo. O impacto pode ser amenizado com uma eventual recuperação da economia que aumente o emprego formal e reduza o rombo nas contas da Previdência.

A segunda fonte de impacto do novo salário mínimo será nos benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), cuja despesa aumentará em R\$ 2,2 bilhões em 2018. Em seguida vêm os benefícios trabalhistas – abono salarial e seguro desemprego –, que terão alta de R\$ 1,8 bilhão.

Por fim, os gastos com a renda mensal vitalícia – auxílio para pessoas incapacitadas que parou de ser concedido nos anos 90, mas que ainda é pago a beneficiários com direito adquirido – se elevarão em R\$ 50,4 milhões.

Desde 2012, o salário mínimo é reajustado pela inflação do ano anterior pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede o custo de vida das famílias mais pobres, mais o crescimento da economia de dois anos anteriores. Por lei, a regra atual vai até 2019. Como o Produto Interno Bruto (PIB – soma dos bens e serviços produzidos) caiu 3,6% no ano passado, o salário mínimo de 2018 foi corrigido unicamente pela inflação.

Perspectivas

Com uma meta de déficit primário (resultado negativo sem os juros da dívida pública) de R\$ 129 bilhões para o próximo ano, o desafio para o governo alcançar o resultado pretendido aumenta com o crescimento das despesas obrigatórias, como as corrigidas pelo salário mínimo.

De acordo com a Instituição Fiscal Independente, órgão consultivo do Senado criado para monitorar as contas públicas, o governo terá dificuldades para cumprir a meta se nenhuma reforma fiscal for aprovada e a economia continuar com baixo crescimento.

O órgão do Senado projeta déficit primário (resultado negativo desconsiderando os juros da dívida pública) de R\$ 144,1 bilhões este ano, de R\$ 167 bilhões em 2018, de R\$ 135,6 bilhões em 2019 e de R\$ 108,2 bilhões em 2020.

As estimativas da LDO apontam uma meta de déficit primário de R\$ 139 bilhões para este ano, R\$ 129 bilhões em 2018, R\$ 65 bilhões em 2019 e um superávit primário de R\$ 10 bilhões em 2020

Criada em dezembro do ano passado por resolução do Senado Federal, a Instituição Fiscal Independente produz relatórios, notas técnicas, banco de dados e projeções econômicas que são levadas em conta pelos parlamentares na análise de projetos de lei e de medidas do governo. O órgão pode agir tanto por iniciativa própria como quanto por demandas específicas de senadores.

Mesmo com a política atual de reajuste, o salário mínimo continua abaixo do necessário. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e de Estudos Socioeconômicos (Dieese), o salário mínimo necessário deveria ter sido de R\$ 3.727,19 em junho.

A entidade calcula o valor mês a mês, com base na determinação constitucional de que o salário mínimo cubra as despesas de alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e Previdência de um trabalhador e de sua família.

Teto para todas as aposentadorias cortaria despesas em R\$ 50 bi/ano

17/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

O governo economizaria por ano ao menos R\$ 50 bilhões (em valores atualizados) em despesas da Previdência se todos benefícios já fossem limitados ao teto.

O cálculo parte de estudo de Rogerio Nagamine Costanzi e Graziela Ansiliero, pesquisadores do Ipea. Eles usaram os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE) de 2015 para estimar o efeito do teto nas contas do governo e na distribuição de renda.

Hoje, o teto da Previdência (R\$ 5.531,31 em 2017) vale para trabalhadores do setor privado e servidores que ingressaram a partir de 2013 —desde que tenham acesso a previdência complementar.

A União, onde estão os maiores salários, criou a Funpresp (fundo para servidores do Executivo e do Legislativo), que hoje tem 44,3 mil contribuintes —6% dos cerca de 740 mil funcionários federais (incluindo civis e legislativos).

A maioria dos Estados e a totalidade dos municípios não instituíram tal fundo.

Se a reforma em discussão no Congresso for aprovada, todos eles terão prazo de dois anos para criar a previdência complementar. A partir daí, o teto valerá para todo servidor contratado após 2013.

Já os que ingressaram antes não terão seus benefícios limitados —o efeito, portanto, será no longo prazo.

Comparação internacional mostra que o Brasil gastou em 2015 3,5% do PIB com benefícios de servidores, mais que qualquer dos 34 países da OCDE (grupo de nações desenvolvidas).



POUCOS COM MUITO

O objetivo do estudo é dar uma dimensão do custo de garantir renda mais alta a uma parcela da população: os servidores que ganham acima do teto (os pesquisadores do Ipea fazem a ressalva de que a Pnad é feita a partir de uma amostra e não permite separar formalmente o RGPS do RPPS, o que afeta a precisão dos cálculos).

Só em aposentadorias, o valor economizado com o teto em 2015 (R\$ 41,1 bilhões) seria suficiente para financiar o Bolsa Família ou quase todo o pagamento dos benefícios para pobres idosos ou deficientes (BPC/Loas).

O limite nos vencimentos também reduziria a desigualdade. Pelos dados da Pnad, os benefícios acima do teto eram só 3,5% do total, mas representavam 20,9% da renda de aposentadorias. Com o teto, essa fatia cairia para 12,7%. Só os 10% mais ricos seriam afetados pela medida.

"Nenhuma outra fonte de renda contribui tanto, proporcionalmente, para a desigualdade quanto as aposentadorias e pensões dos servidores", diz o sociólogo Marcelo Medeiros, professor da UnB e pesquisador do Ipea e da Universidade Yale.

Medeiros, que estudou os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF/IBGE) de 2008/2009 (a mais recente), aponta que só a parcela que excede o teto representa 2% de toda a renda disponível no país e 4% da desigualdade total.

Em 2016, por exemplo, o país gastou em média cerca de R\$ 29 mil com cada aposentadoria do Legislativo, R\$ 22 mil no Judiciário, R\$ 9,7 mil com militares e R\$ 7,6 mil com servidores civis. O benefício médio do aposentado do setor privado ficou em torno de R\$ 1,3 mil.

"O atual sistema previdenciário é um mecanismo que reproduz a desigualdade já existente, o que é injusto", diz Medeiros. Para ele, embora a proposta de reforma torne o teto obrigatório para servidores civis, ela ainda é falha para melhorar a distribuição de renda.

"No topo da renda tem muita gente ficando fora, como militares e policiais." Do lado do trabalhador privado, uma das principais causas de desigualdade de renda é a fórmula 85/95.

No total, 218.656 pessoas obtiveram aposentaria pelo valor mais alto entre julho de 2015 e abril deste ano. A um valor médio de R\$ 2.813,44, elas custavam naquele mês R\$ 615 milhões.

Se estivessem recebendo a média dos que não usaram a fórmula (R\$ 1.901,79), o custo mensal dessa fatia seria de R\$ 416 milhões, de acordo com os dados da Previdência.

A reforma da Previdência acaba com a possibilidade de usar esse recurso.

Editorial: Sem choques cambiais

17/07/2017 – Fonte: GS Notícias

Dentre nossos indicadores negativos, um que inspira cada vez mais tranquilidade é o relativo às contas externas. O quadro favorável do setor externo permite ao País atravessar turbulências e incertezas do cenário político sem maiores solavancos. E o mais importante: sem necessidade de maiores choques cambiais.

Os dados que o Banco Central divulgará na sexta-feira (21), sobre o setor externo brasileiro, devem confirmar essa tendência. O déficit externo do País, acumulado nos últimos doze meses encerrados em junho, deve ser o menor desde abril de 2008, apenas 0,83% do Produto Interno Bruto (PIB). A projeção, da GO Associados, considera que em junho a balança de transações correntes ficou ligeiramente negativa em US\$ 260 milhões.

O superávit da balança comercial brasileira está sustentando o bom desempenho das contas externas. O resultado de junho continuará mostrando que as exportações brasileiras estão superando em muito as importações. Só em junho, o superávit comercial deve ter ficado na casa de US\$ 6,9 bilhões.

Com a economia interna tentando dar o primeiro passo para sair da paralisação dos últimos anos, vender lá fora é o que está salvando a situação. Essa alternativa ajuda na sobrevivência de uma boa parte do setor produtivo, evitando a piora do desemprego, da renda, da arrecadação de tributos.

Outro aspecto a ser considerado no saldo de transações realizadas pelo Brasil com o resto do mundo é a confiança que o Brasil inspira diante dos investidores estrangeiros.

O déficit resultante do que entra e sai do País em forma de serviços, vendas e compras de produtos, empréstimos, entre outras transações, é levemente negativo diante da

conjuntura desfavorável do Brasil, não afugentando os estrangeiros, que trazem e deixam seu dinheiro aqui no mercado financeiro ou na atividade produtiva.

A considerar a trajetória das contas externas até agora, não há sinais de que continuaremos acumulando reservas, inclusive com a ajuda da poupança dos investidores estrangeiros.

Economistas do Focus projetam corte de 1 ponto porcentual da Selic em julho

17/07/2017 – Fonte: R7

Em meio à fraqueza da atividade, os economistas do mercado financeiro passaram a projetar corte de 1 ponto porcentual da Selic (a taxa básica de juros) no fim de julho. É isso o que mostra a abertura dos dados do Relatório de Mercado Focus, divulgado nesta segunda-feira, 17, pelo Banco Central. Atualmente, a Selic está em 10,25% ao ano. Até a última semana, a projeção era de corte de 0,75 ponto porcentual.

Conforme as projeções mais recentes, após o corte de 1 ponto neste mês, a Selic cairá 0,50 ponto em setembro e 0,50 em outubro. Em dezembro, pelas expectativas, a taxa básica cairá mais 0,25 ponto porcentual, atingindo 8,00% ao ano. Isso representará o fim do ciclo.

O grupo das cinco instituições que mais acertam projeções de médio prazo - o chamado Top 5 - seguiu projetando um corte de 1 ponto porcentual da Selic em julho, de 10,25% para 9,25% ao ano. Até duas semanas atrás, a mediana do Top 5 apontava um corte de 0,75 ponto porcentual, para 9,50% ao ano.

Se confirmado, o corte de 1 ponto porcentual significará a manutenção do atual ritmo adotado pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central. No encontro do fim de maio, o colegiado havia ponderado que, em função do cenário básico e do balanço de risco, uma "redução moderada do ritmo de flexibilização monetária em relação ao ritmo adotado hoje deve se mostrar adequada em sua próxima reunião".

Na época, o mercado entendeu que a mensagem apontava para uma redução do ritmo em julho, para corte de 0,75 ponto porcentual. O principal fator para isso seria a crise política, que coloca em risco o andamento das reformas no Congresso.

Desde então, porém, os dados divulgados mostraram uma recuperação ainda incipiente para a atividade econômica e, ao mesmo tempo, a inflação sob controle. Em junho, o IPCA apontou deflação de 0,23%. Já o Índice de Atividade do Banco Central (IBC-Br) de maio recuou 0,51% em relação a abril.

Este cenário tem feito alguns economistas retomar a aposta de que, no encontro de julho, o Copom promoverá corte de 1 ponto porcentual da Selic.

A abertura dos dados também revela que as instituições financeiras seguiram projetando uma inflação de 4,25% em 2019. Este porcentual é calculado desde o início de abril deste ano, sem alterações.

Na última semana de junho, o Conselho Monetário Nacional (CMN) definiu uma meta de 4,25% para a inflação em 2019 - justamente o que está projetado no Focus. A margem de tolerância é de 1,5 ponto porcentual (inflação de 2,75% a 5,75%).

A abertura dos dados do Focus mostrou também a projeção de inflação de 2020 em 4,00%. Este porcentual está em sintonia com a meta de exatos 4,00% para o ano. Na prática, o Focus indica que o mercado financeiro acredita que o BC conduzirá a inflação de 2020 para este patamar, como propôs o CMN.

Para 2021 - horizonte mais distante contemplado pelo Focus -, os economistas projetam inflação de 4,00%.

PIB

Na abertura dos dados do Focus, os economistas alteraram a projeção de recuo do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre de 2017 ante o mesmo período de 2016, de 0,20% para 0,14%.

No mês passado, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os dados do PIB no primeiro trimestre deste ano: houve queda de 0,4% ante o mesmo período de 2016 e avanço de 1,0% ante o quarto trimestre do ano passado. Já o BC informou na última sexta-feira, 14, que seu Índice de Atividade (IBC-Br) cedeu 0,51% em maio ante abril, com ajuste sazonal, e avançou 1,40% em maio ante maio do ano passado, sem ajuste.

O Sistema de Expectativas do Mercado, atualizado nesta segunda-feira pelo Banco Central, não traz as projeções das instituições para o PIB na margem - ou seja, para o segundo trimestre de 2017 ante o primeiro trimestre deste ano.

Câmbio para fim de 2017 cai de R\$ 3,35 para R\$ 3,30, aponta Relatório Focus

17/07/2017 – Fonte: R7

Câmbio para fim de 2017 cai de R\$ 3,35 para R\$ 3,30, aponta Relatório Focus

O Relatório de Mercado Focus, divulgado nesta segunda-feira, 17, pelo Banco Central, mostrou que a projeção para a cotação da moeda americana no fim de 2017 cedeu de R\$ 3,35 para R\$ 3,30. Há um mês, estava em R\$ 3,30. O câmbio médio de 2017 foi de R\$ 3,26 para R\$ 3,24, ante os mesmos R\$ 3,24 de um mês antes.

No caso de 2018, a projeção para o câmbio no fim do ano seguiu em R\$ 3,45. Quatro semanas antes, estava em R\$ 3,40. Já a projeção para o câmbio médio no próximo ano foi de R\$ 3,40 para 3,39, ante R\$ 3,38 de quatro semanas atrás.

Petrobras eleva preço do diesel e da gasolina nas refinarias a partir de terça-feira

17/07/2017 – Fonte: R7

Petrobras eleva preço do diesel e da gasolina nas refinarias a partir de terça-feira

A Petrobras anunciou que vai elevar os preços do diesel em 0,8 por cento e os da gasolina em 0,7 por cento nas refinarias a partir da terça-feira, 18 de julho, segundo informações da companhia em seu site nesta segunda-feira.

O reajuste é o décimo aplicado pela petroleira apenas em julho, após a estatal anunciar uma mudança em sua política de preços, que agora prevê ajustes até diários nos combustíveis, em um esforço para evitar a perda de mercado para concorrentes.

Cade considera "complexo" acordo entre ArcelorMittal e Votorantim em operações de açoes longos

17/07/2017 – Fonte: R7

A superintendência-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) considerou "complexa" a aquisição de controle da Votorantim Siderurgia pela ArcelorMittal Brasil e exigiu a realização de estudo quantitativo dos mercados envolvidos na operação, segundo despacho publicado no Diário Oficial desta segunda-feira.

Em 23 de fevereiro, as empresas fecharam um acordo em operações de aços longos, por meio do qual a Votorantim Siderurgia passaria a ser subsidiária e a deter participação minoritária no capital da ArcelorMittal Brasil.

O Cade informou ainda que devido à complexidade do ato de concentração poderá posteriormente pedir prazo maior para análise do caso.

Veja a íntegra do despacho:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=17/07/2017&jornal=1&pagina=28&totalArquivos=104>

Vendas da Renault crescem 10,4% e atingem recorde no 1º semestre

17/07/2017 – Fonte: R7

A montadora francesa Renault registrou vendas recordes no primeiro semestre, tendo elevado em 10,4 por cento as entregas globais com o lançamento de um SUV na China e a reabertura das operações no Irã.

A Renault vendeu 1,88 milhão de veículos leves de janeiro a junho, informou a empresa, quatro vezes o ritmo de expansão de 2,6 por cento do mercado global de automóveis.

Sediada no subúrbio de Boulogne-Billancourt, em Paris, a Renault está colhendo os frutos de uma ampla reorganização da linha de produção sob o comando do designer chefe Laurens van den Acker, que se juntou à companhia oito anos atrás.

As vendas também foram beneficiadas pelo aumento da demanda na Europa pela marca Dacia e, mais recentemente, pelo sucesso do mini-SUV Captur.

"Nossa estratégia de renovação e expansão geográfica continua produzindo resultados", afirmou o diretor de vendas, Thierry Koskas.

As ações da Renault subiam mais de 1 por cento no início dos negócios.

Os números de venda da montadora francesa contrastaram o da rival PSA, a fabricante de carros Peugeot, Citroën e DS, no primeiro semestre.

Na Europa, que ainda responde por mais da metade das vendas, a Renault registrou crescimento de 5,6 por cento nas entregas, superando o mercado graças ao aumento de 9,3 por cento da marca Dacia depois de uma renovação do subcompacto Sandero. No Irã, as vendas mais que dobraram para 68.365 veículos, enquanto novos modelos da marca Lada ajudaram a expandir em 14 por cento as vendas do grupo no mercado russo.

A demanda por veículos na Rússia e no Brasil deve crescer 5 por cento ou mais no ano, disse a Renault. A companhia ainda vê expansão global de mercado de 1,5 a 2,5 por cento, ante previsão anterior de 1,5 a 2 por cento.

Na Ásia-Pacífico, as vendas cresceram em mais da metade, para 100.452 automóveis, segundo a empresa, ajudadas pelo novo SUV Koleos, na China, onde as vendas mais que triplicaram para quase 36 mil veículos.

Montadoras globais pedem que China flexibilize metas para carros elétricos

17/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo/Financial Times



O Tesla Model 3, cuja primeira unidade deve ser entregue neste mês

Montadoras globais pediram para que a China atrase e suavize as cotas planejadas para vendas de carros elétricos e híbridos, dizendo que será impossível cumprir com suas metas, as quais perturbariam severamente seus negócios.

A carta, escrita em 18 de junho e endereçada ao chefe do Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação da China, é o esforço mais coeso até o momento do setor contra as ambiciosas metas para os chamados veículos movidos a energia nova, no maior mercado automobilísticos do mundo.

Ávida para combater a emissão de poluentes, a China está planejando uma série de metas para carros elétricos e híbridos, para que correspondam a pelo menos 20% das vendas de automóveis na China até 2025, com um sistema escalonado de cotas a ser iniciado em 2018.

As novas e rígidas regras, junto com as duras penalidades planejadas para caso de descumprimento, como o cancelamento da licença para vender carros não elétricos na China, podem causar muitos problemas para algumas montadoras no mercado.

"A ambiciosa data de cumprimento com as regras propostas é impossível de atingir", disse a carta de órgão do setor automotivo dos Estados Unidos, Europa, Japão e Coreia. "No mínimo, a obrigação precisa ser atrasada por um ano e incluir flexibilidades adicionais."

O ministério não quis comentar.

As metas ditam que as empresas vendam veículos elétricos ou híbridos para gerar "créditos" equivalentes a 8% das vendas totais em 2018, 10% em 2019 e 12% em 2020.

CARROS ELÉTRICOS PELO MUNDO

Na semana passada, o ministro do Meio Ambiente francês, Nicolas Hulot, disse que o país quer acabar com as vendas de veículos a gasolina ou diesel até 2040, tornando-se neutro em carbono 10 anos depois.

Vários países europeus já anunciaram planos de reduzir drasticamente o número de carros a gasolina e diesel nas estradas, dando preferência a híbridos e elétricos. Em 2020, a Alemanha quer que um milhão de carros elétricos circulem no país.

Em 2016, os carros híbridos e elétricos foram responsáveis por 3,6% dos carros novos registados na Europa Ocidental.

A Nissan espera que carros com emissão zero de poluentes representem até 20% de suas vendas na Europa até 2020, disse na segunda (10) em comunicado o diretor de da divisão de veículos elétricos para Europa da montadora, Gareth Dunsmore.

"Até 2020, quando as condições de mercado estiverem boas, estou confiante que estaremos vendendo até 20% do nosso volume em veículos de emissão zero, e isso só vai crescer", disse Dunsmore no comunicado.

A Nissan informou ver com bons olhos o compromisso da França de recompensar aqueles que optam veículos mais sustentáveis.

No início de julho, a Volvo anunciou que todos os seus modelos terão motores elétricos a partir de 2019, o que a torna a primeira montadora de automóveis convencional a decretar o fim dos veículos movidos apenas por motores de combustão interna.

A empresa disse que fará da eletrificação a plataforma central de seu negócio.

De 2019 em diante, ela só fabricará três tipos de carro: 1) puramente elétricos; 2) híbridos recarregáveis por meio de tomadas (plug-in); e 3) os chamados híbridos "leves", que combinarão uma grande bateria a um pequeno motor a gasolina.

"O anúncio marca o fim dos carros movidos apenas por motores de combustão interna", disse Hakan Samuelsson, presidente-executivo da montadora.

A agenda da Volvo provavelmente despertará dúvidas sobre a posição da Tesla, a montadora norte-americana de carros elétricos cujo valor em Bolsa disparou em um período no qual não havia concorrência em termos de veículos puramente elétricos.

A Tesla, que vendeu 76 mil veículos no ano passado, planeja produzir 1 milhão de carros ao ano a partir de 2020, mas seu valor de mercado, US\$ 58 bilhões, já é mais alto que o da General Motors, que vendeu 10 milhões de carros no ano passado.

A Tesla vem conquistando apoio entusiástico dos investidores, que acreditam no futuro de emissão zero de poluentes projetado pelo presidente-executivo da montadora, Elon Musk.

O primeiro dos importantíssimos Tesla Model 3 —o carro que Musk espera ajude a transformar veículos elétricos de baixo custo em um objeto de desejo para as massas, em lugar de apenas um brinquedo de curto alcance para motoristas preocupados com a ecologia— deve ser entregue ao comprador neste mês, respeitando o cronograma.

Financiamentos de carros registram alta neste ano

17/07/2017 – Fonte: GS Notícias/Jornal do Comércio

De acordo com dados levantados pela B3 - empresa resultante da fusão entre BM&FBovespa e Cetip - a venda de veículos através de financiamento, entre novos e usados, avançou 7,4% no primeiro semestre do ano, sobre o mesmo intervalo de 2016, encerrando com a comercialização de 2.425.796 unidades, entre carros leves, motos e pesados. É o segundo crescimento nesse tipo de comparação - em maio, a alta foi de 10,1%, a primeira desde fevereiro de 2014.

Os veículos usados lideram a modalidade de compra financiada. O volume de vendas cresceu 14,6% de janeiro a junho deste ano.

Em junho, houve crescimento de 6,9% nas vendas total a crédito em comparação com o mesmo mês do ano passado. Já em relação a maio de 2017, foi registrada queda de 5,8%.

Fontes do mercado apontam uma série de fatores como responsáveis pela confiança que levou tantos consumidores a contraírem uma dívida adquirindo um carro através de financiamento, e que inflaram os números de vendas nesta categoria nos últimos meses.

Entre os fatores estão a liberação do saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), os sinais de melhora na economia, a queda nos juros e uma "esperada estabilização política". De qualquer forma, a recomendação de especialistas da área é que os consumidores tenham prudência, porque o momento ainda é de cautela.

Ainda que se considere que os bancos e financeiras criem, de alguma maneira, obstáculos para o acesso ao crédito, a Panambra, revenda da Volkswagen, registrou 61% do total dos veículos comercializados em junho por acesso ao crédito. Dessa forma, os financiamentos na concessionária tiveram aumento de 7% sobre o mesmo mês de 2016.

"Hoje, a análise para liberar um financiamento é bem complexa, envolve histórico, experiência, capacidade de endividamento, ou seja, todos os recursos para se chegar no score do cliente", comenta a gerente de vendas da Panambra, Magda Carvalho.

De acordo com a executiva, as taxas flutuam entre 0% e 2,4% ao mês, dependendo da entrada e do prazo. A necessidade crescente de mobilidade, no entanto, incentiva as compras, muitas vezes para negócios como Uber e Cabify. O aumento das vendas no segundo semestre dependerá da estratégia de cada concessionária.

"Acreditamos na confiança do consumidor e em uma flexibilidade por parte do sistema financeiro que, apesar de conviverem com a inadimplência, venham a proporcionar atrativos e perspectivas a médio e longo prazo para o nosso público", afirma Magda.

FCA terá recall de 1,33 milhão de veículos

17/07/2017 – Fonte: Automotive Business

A Fiat Chrysler Automobiles (**FCA**) fará um **recall** de 1,33 milhão de veículos em duas campanhas distintas, uma por causa da abertura indevida de airbags e outra pelo risco de incêndio. A primeira convocação abrange 538 mil Dodge Journey modelos 2011 a 2015 na América do Norte e 233 mil Fiat Freemont de 2011 a 2015 vendidos em outros mercados.

O chamado para estes 771 mil tem relação com a bolsa inflável do motorista. Um problema na fiação elétrica pode abri-la inadvertidamente como resultado de um curto-circuito. Já houve cinco casos relatados desse tipo. A falha também pode causar o funcionamento ininterrupto do limpador de para-brisa.

Outros 565 mil veículos a ser convocados estão divididos entre o Chrysler 300, o Dodge Charger, o Dodge Challenger e o Dodge Durango modelos 2011 a 2014 e o Jeep Grand Cherokee 2012 a 2014.

Os carros terão seus alternadores substituídos por causa da possibilidade de incêndio. Segundo a montadora, temperaturas ambientes elevadas podem provocar o problema, com potencial comprometimento do sistema ABS dos freios. De acordo com a montadora há duas ocorrências relatadas.

Em outubro, a FCA convocou cerca de 86 mil picapes Ram e sedãs Dodge Charger Pursuit também para a troca do alternador. A divisão brasileira da montadora ainda não revelou quantas unidades estão envolvidas na campanha.

Fortbras anuncia compra total da Menil Autopeças

17/07/2017 – Fonte: Automotive Business

A Fortbras, com sede em Campinas (SP), anuncia a compra total da Menil Comércio de Peças, do ramo de autopeças e baseada em Ribeirão Preto (SP) e da qual a empresa assumiu o controle parcial há menos de um ano.

Com isto, a Fortbras passa a deter as oito unidades de venda da agora 100% controlada, localizados em importantes praças do interior paulista, como Araraquara, São Carlos e Barretos, além da própria Ribeirão Preto. A empresa não divulgou o valor do negócio.

O acordo permitirá a diversificação do portfólio da Fortbras, em especial na linha mecânica.

“Desde que assumimos a empresa, temos procurado expandir as operações, estruturar melhor nossos processos e formar uma boa equipe que execute nossa estratégia de crescimento acelerado. Introduzimos novas linhas de produtos, estamos abrindo novas filiais, investindo em sistemas de informação e logística”, informa o CEO da Fortbras, Roberto Szachnowicz. “Agora com a Menil, devemos aumentar o portfólio para mais de 50 mil itens, atenderemos cerca de 30 mil clientes. Junto com as demais iniciativas, estimamos um forte incremento de receita este ano apesar do ambiente econômico incerto”, acrescenta.

O executivo revela que o grupo está avaliando outras oportunidades de aquisição no mercado de distribuição e varejo de autopeças: “Vamos continuar crescendo de forma orgânica e também por meio de aquisições, já que este mercado ainda é bastante fragmentado, oferecendo grande potencial de consolidação”.

Com faturamento de R\$ 500 milhões em 2016, a Fortbras possui dezoito filiais em 13 estados nas diferentes regiões do País, que contam com mais de 40 mil itens em seu portfólio formado pelas marcas Javali, Pegasus, T-Brasil, Soma e Total. A empresa calcula que seus produtos atendem cerca de 25 mil clientes.

BorgWarner vai fornecer turbo para novo motor Honda

17/07/2017 – Fonte: Automotive Business

A BorgWarner começa a fornecer o turbocompressor B01 para o novo motor Honda 1.0 de três cilindros e injeção direta de gasolina que equipará o Honda Civic na China e na Europa.

Trata-se de um turbo compacto, já em produção naqueles mercados, e que resulta em 127 cavalos e respostas rápidas por causa do bom torque em rotações baixas. A família de turbos O B01 é a mesma fabricada pela BorgWarner em Itatiba (SP) e fornecida para o Volkswagen Up!

É pouco provável a utilização desse propulsor 1.0 em um Civic brasileiro, ao menos em curto prazo, mas não dá para descartar sua aplicação futura em outros modelos fabricados por aqui, especialmente se o programa Rota 2030 mantiver a tributação menor para automóveis 1.0.

O turbo B01 da BorgWarner tem design compacto e baixos níveis de ruído e vibração. Os materiais avançados resistem a temperaturas de exaustão até 950 graus e velocidades de rotação até 285 mil rpm.

Ele é equipado com uma válvula wastegate (destinada a controlar o fluxo de gases do escape pelo rotor do turbo) acionada eletricamente. Esse dispositivo permite melhor aproveitamento do turbo em diferentes faixas de rotação do motor.

Matriz da Nissan premia pós-venda do Brasil

17/07/2017 – Fonte: Automotive Business



A Nissan do Brasil venceu pela primeira vez o prêmio global de pós-venda da montadora referente aos desempenhos do ano fiscal 2016 das filiais nos países em que atua em todo o mundo.

Criado em 1980, pela matriz no Japão, a premiação reconhece anualmente os melhores resultados alcançados por cada mercado em critérios que avaliam as vendas de peças e acessórios, índice de atendimento a pedidos da rede para peças de reposição e o índice de qualidade percebida do cliente. No caso do pós-venda brasileiro, a marca venceu na categoria Mercados de Médio Porte, na qual concorreu com China e Índia.

“Esse foi um excelente trabalho de toda a equipe pós-vendas em conjunto com outras áreas relacionadas. Isso nos dá motivos ainda maiores para continuar buscando e superando nossos objetivos de vendas de peças, acessórios e qualidade dos serviços para nossos clientes”, afirma o diretor de pós-vendas da Nissan no Brasil, Rodolfo Possuelo.

Segundo o executivo, entre as principais ações adotadas pela área no último ano, está o lançamento da linha de acessórios para o Kicks e para a nova Frontier. “Além disso, aumentamos a satisfação dos clientes ao oferecer o menor custo de manutenção do segmento para todos os modelos. Isso foi complementado por uma das melhores performances do mundo em atendimento a pedidos de peças de reposição da rede de concessionárias Nissan, por meio de nosso centro de atendimento de peças”, completa.

A inauguração de um centro de atendimento de peças localizado ao lado da fábrica de Resende (RJ) em 2014 também ajudou a aumentar a capacidade de estoque de peças e a disponibilidade para o mercado.

A cerimônia de entrega dos troféus será realizada em outubro na sede global da Nissan, em Yokohama, no Japão.

Renault supera PSA em vendas na União Europeia

17/07/2017 – Fonte: Automotive Business



Não foi apenas o crescimento de quase 5% das vendas de veículos na União Europeia no primeiro semestre ou o melhor junho em termos de volume dos últimos 10 anos que causou alvoroço com a divulgação do balanço da indústria automotiva na região na sexta-feira, 14, pela Acea, entidade que reúne as fabricantes locais.

Um olhar atento no ranking das marcas revela um feito inédito: o Grupo Renault, também composto por Dacia e Lada, superaram as vendas do grupo rival francês PSA, que reúne Peugeot, Citroën e DS, e que vinha ocupando a vice-liderança na região há

anos, ficando atrás apenas do Grupo Volkswagen, este sem preocupações com a liderança isolada.

Os dados da associação mostram que o Grupo Renault atingiu 863,6 mil veículos licenciados nos seis primeiros meses deste ano, enquanto a PSA encerrou o período com 834,7 mil.

O volume da Renault, além de representar crescimento de 6,9% sobre as vendas do ano passado - o da PSA foi de 2,3% - respondeu por 10,5% do total de veículos vendidos na União Europeia, um aumento de 0,2 pontos percentuais na comparação anual. A participação do Grupo PSA fechou em 10,2%, também alta de 0,2 pontos.

Dentro do conglomerado Renault, as três marcas tiveram desempenho positivo, embora a empresa que dá nome ao grupo tenha registrado o menor índice, de 5,4%, para 618,2 mil veículos, enquanto Dacia e Lada anotaram alta de 10,8% e 31,7%, respectivamente, sendo 242,8 mil e 2,5 mil unidades.

O resultado pode impulsionar a projeção do presidente da Aliança Renault-Nissan, Carlos Ghosn, feita no mês passado durante reunião com acionistas de que a aliança poderia alcançar a liderança global de vendas neste ano, superando Volkswagen e Toyota.

Por sua vez, a PSA viu Peugeot e Citroën crescerem de forma tímida, quase na mesma proporção, 4,2% e 4,3%, respectivamente, para 491,8 mil e 318,2 mil. Contudo, a DS amargou queda de 36,5%, ao entregar 24,6 mil unidades a países europeus.

A líder absoluta, Volkswagen, anotou alta de 3,2% das vendas no semestre, para 1,91 milhão de unidades. Vale lembrar que é o grupo com o maior número de marcas, oito no total, das quais apenas a Audi reduziu seu volume de vendas com relação ao primeiro semestre de 2016, 0,5%, para 427,7 mil veículos.

Todos os dados se referem apenas às vendas de na União Europeia, que foi de 8,21 milhões de unidades nesta primeira metade do ano, um aumento de 4,7% na comparação anual. Considerando a soma deste volume com o Efta, bloco que reúne a Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça, as vendas vão a 8,46 milhões, aumento de 4,6%.

A Alemanha continua como o maior mercado de veículos na Europa ao encerrar o semestre com 1,78 milhão de licenciamentos (+3,1%), seguida por Reino Unido, com 1,40 milhão (-1,3%), Itália 1,13 milhão (+8,9%) e França 1,13 milhão (+3%).

Alta de royalties gera reforço de caixa de R\$ 1,5 bi

17/07/2017 – Fonte: Inda

O governo espera um reforço de pelo menos R\$ 1,5 bilhão ao ano nas receitas arrecadadas com royalties da mineração. A estimativa tem como base o aumento das alíquotas da Cfem (taxa cobrada sobre a exploração de recursos minerais), que está prevista para ser anunciada no dia 25 de julho, em cerimônia no Palácio do Planalto, como parte de uma das medidas provisórias em preparação para modernizar o marco regulatório do setor.

As outras duas MPs envolvem a criação de uma agência reguladora no lugar do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e mudanças em mais de 20 pontos do código de mineração em vigência desde 1967.

O Ministério da Fazenda queria uma fatia maior dos royalties para a União, que hoje fica só com 12% das receitas. Municípios onde estão localizadas as jazidas obtêm 65% e os Estados abocanham 23%.

Outras áreas do governo, no entanto, avaliam que não seria conveniente politicamente encaminhar essas alterações por MP. A ideia com maior respaldo no governo é manter o atual sistema de repartição. Uma fonte cogita a possibilidade de apresentação de emenda à MP, durante tramitação no Congresso Nacional, para redistribuir os recursos.

O objetivo dessa estratégia é não desagradar, logo de cara, os aliados das bancadas de Estados produtores de minérios, ampliando já de início as dificuldades de se reformar o código. Em 2016, as receitas totais da Cfm somaram R\$ 1,8 bilhão. A ideia na proposta que ainda está sendo finalizada é que o tributo tenha alíquotas maiores para os produtos minerais e que, especificamente no caso do minério de ferro, teria taxa variável, conforme o valor do produto no mercado internacional.

Segundo uma fonte, um dos cortes para a cobrança de taxa maior (que poderia chegar a 4%) seria US\$ 100, mas esse número ainda dependia de uma definição pelo Ministério da Fazenda. Mas ainda há resistência de setores do governo, do Congresso (bancada mineira) e do mercado à cobrança variável e uma taxa fixa de 3% para o minério de ferro ainda é uma hipótese com chances de se efetivar.

A decisão final será do presidente Michel Temer. A criação de uma agência reguladora no lugar do DNPM inicialmente não deve implicar custos adicionais relevantes ao setor público, segundo uma fonte. A ideia é que a estrutura atual seja toda aproveitada, mudando apenas o status político do órgão, que, com autonomia, teria maior poder de controlar o setor.

Os diretores da nova agência teriam mandato fixo. Há ainda um objetivo de aumentar o tamanho do corpo funcional do órgão, que hoje conta com um quadro reduzido e insuficiente para lidar com os desafios do setor. Há cerca de dois meses, conforme informou o Valor, o governo já trabalhava para acelerar o envio das mudanças no código de mineração para tentar reforçar apoios no Congresso à reforma da Previdência.

O deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG), que é vice-presidente da Câmara e coordenador da bancada mineira, já vinha naquele período pressionando o governo para acelerar o envio das mudanças, que devem ampliar os recursos disponíveis às prefeituras onde há exploração de jazidas. O problema foi que, em meio a essas negociações, o governo foi abatido pelas denúncias do empresário Joesley Batista contra o presidente Michel Temer. A crise política instalada em maio congelou as discussões sobre a reforma da Previdência e afetou o ritmo de trabalho do governo, adiando a conclusão e envio das medidas relativas à área mineral.

A reforma do código de mineração no governo Temer tem estrutura diferente daquela enviada ao Congresso Nacional pela ex-presidente Dilma Rousseff, em 2013, que concentrava todas as mudanças em um único projeto de lei e que acabou não sendo examinada pelos parlamentares.

Usiminas avalia aumento de chapas grossas

17/07/2017 – Fonte: Inda

A Usiminas estuda aumento de preços em chapas grossas para a distribuição, após divulgar na semana passada reajuste em laminados a quente. Segundo apurou o DCI, o movimento seria para compensar a falta de produtividade do laminador de Cubatão (SP). "Além do mercado em baixa, o laminador de Cubatão opera de maneira instável, com paradas rotineiras que derrubam a produtividade", disse uma fonte.

Conforme apurou o DCI, a siderúrgica estuda elevar os preços das chapas grossas, que são usadas basicamente em infraestrutura e óleo e gás. "Assim como em

laminados a quente, o reajuste de chapas grossas precisa 'pegar', ou seja, os concorrentes têm que acompanhar o aumento", pondera uma fonte.

Conjuntura: Uma fonte na Usiminas observa que, diante da forte queda em chapas grossas no Brasil, será difícil avançar com o plano de reajuste se os concorrentes não acompanharem o movimento. "O aumento em laminados a quente já veio como um susto para nós." Em nota, a Usiminas declarou que não há informações adicionais ao divulgado na semana passada quanto a aumento de preços.

O reajuste anunciado pela companhia na distribuição foi de 10,7%. Conforme apurou o DCI, o complexo santista enfrentaria ainda dificuldades para receber as placas para laminação que, em sua maioria, são compradas da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA). "Em Cubatão, falta placa constantemente.

E como a planta não tem competitividade, trabalha sem plano definido. Tudo é motivo para economia", explica uma fonte ligada à empresa. "E a falta de continuidade das operações é feita de maneira deliberada." Em nota, a Usiminas esclarece que "a informação sobre problemas no recebimento de placas da CSA não é verdadeira."

A siderúrgica acrescenta "que desde a paralisação das áreas primárias, a unidade de Cubatão tem operado em um novo modelo de negócios e está funcionando normalmente e em equilíbrio." A empresa destaca ainda que "o programa de operação dos equipamentos é estabelecido pela demanda do mercado, considerando a otimização dos recursos que impactam na competitividade dos produtos.

"O dirigente do sindicato dos metalúrgicos da Baixada Santista, Claudinei Rodrigues, confirma as paradas no laminador a quente. "Na decapagem a produção está em franco crescimento, mas na laminação a quente há paradas de vez em quando.

"Fontes ligadas à companhia afirmam que o laminador a quente em Cubatão é relativamente novo, mas o grande problema é a falta de ritmo de produção. "Quando o mercado retornar, a tendência é equalizar os processos e reduzir custos. Mas isso deve levar um tempo", diz uma fonte.